

Ana Letícia de Alencastro Vignol

**“ACESSO LIMITADO”: AS LACUNAS DA INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL DO
MUSEU DE COMUNICAÇÃO SOCIAL HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA**

Trabalho de Conclusão de Curso

Porto Alegre, 2009

Ana Letícia de Alencastro Vignol

**“ACESSO LIMITADO”: AS LACUNAS DA INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL DO
MUSEU DE COMUNICAÇÃO SOCIAL HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA**

**Monografia apresentada ao Curso de Graduação em
Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul (UFRGS), como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia.**

Orientador: Prof^a Ms. Marlise Maria Giovanaz

Porto Alegre, 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto

Vice Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretor: Prof. Ricardo Schneiders da Silva

Vice Diretora: Prof. Dra. Regina Helena Van der Lann

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Prof^ª. Dra. Ana Maria Mielniczuk Moura

Chefe-Substituta: Prof^ª. Dra. Helen Beatriz Frota Rozados

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705 Bairro Santana

CEP 90035-007 Porto Alegre/RS

Telefone: 51 3308 5067

Fax: 51 3308 5435

E-mail: fabico@ufrgs.br

Porto Alegre, novembro de 2009.

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia

**“ACESSO LIMITADO”: AS LACUNAS DA INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL DO
MUSEU DE COMUNICAÇÃO SOCIAL HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA**

elaborada por
Ana Letícia de Alencastro Vignol
como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profª Ms. Marlise Maria Giovanaz

Bacharel em Arquivologia Vinícius Mitto Navarro

Profª Ms Jeniffer Alves Cuty

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, que sempre me apoiaram em todos os meus projetos profissionais,

À professora Marlise Giovanaz, pela orientação deste trabalho, compreensão e apoio diante de alguns problemas que ocorreram,

À minha irmã de coração, Andréa Severo, que vem me acompanhando, me orientando e amparando desde “os tempos da História”;

Às minhas queridas amigas e colegas de curso, Daniele e Carmela, com quem eu construí uma trajetória de amizade e companheirismo que será para toda a vida.

A Poliana Sanches, pela amizade e ajuda na normalização desse trabalho.

À Helena Bastos e Décio Vidal, pelo apoio e auxílio bibliográfico, que tanto me ajudou na realização do trabalho,

A todos os meus colegas, amigos e amigos de curso, os quais fizeram desses quatro anos, uma fase inesquecível de minha vida, E ao saudoso colega Luis Antônio, a quem nos animava e encorajava nos momentos complicados do curso. (Avante, Arquivista!!!);

Aos servidores e antigos colegas do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Carlos Roberto da Costa Leite (Beto) e Carlinda Mattos (Caia), pela total disponibilidade de informações e propostas para a realização dessa pesquisa.

Muito obrigada!

“O arquivo não diz, possivelmente, a verdade, mas ele diz sobre a verdade, no sentido entendido por Michel Foucault, ou seja, daquela maneira única que ele [o arquivo] tem de expor o Falar [Le Parler] do outro, capturado entre as relações de poder e ele próprio, relações as quais ele não somente está submetido, mas que ele atualiza ao verbalizá-las”.

FARGE, (1989), Apud HEYMANN (2008))

RESUMO

Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia. Apresenta o processo de criação do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, sob uma perspectiva histórica. Analisa as implicações políticas da concepção e dos primeiros anos de funcionamento do Museu estabelecendo relações conceituais entre censura, visibilidade e memória. Relata a experiência de pesquisa no Arquivo Institucional do Museu, destacando os limites de Acesso ao mesmo. Demonstra a pertinência da alteração do foco inicial da pesquisa com o objetivo proposto. Identifica e relaciona elementos que assinalam idéias e ações que convergem para sua indefinição enquanto Instituição e as possibilidades interdisciplinares entre as Ciências da Informação.

Palavras-chave: Museu. História e Memória. Acesso a Informação em Arquivos.

ABSTRACT

Conclusion of Course to obtain the Bachelor's degree in archive. Introduces the process of creating the Museum of Media Hipólito José da Costa, from a historical perspective. It analyzes the political implications of the design and the first years of the Museum establishing conceptual relationships between censorship, visibility and memory. Report the experience of research in Institutional Archive of the Museum, highlighting the limits of access to it. Demonstrates the relevance of the change of the initial focus of research with the goal proposed. It identifies and lists elements that indicate ideas and actions that converge to its vagueness as an institution and interdisciplinary possibilities between the Information Sciences.

Keywords: Museum. History and Memory. Access to information in Archives.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Vista do Museu na esquina das ruas Caldas Júnior e dos Andradas	21
Figura 02	Organograma atual do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa	25
Figura 03	Fotografia realizada em 1999 do Parque Gráfico que pertence ao Acervo do Museu	26
Figura 04	Ilustração de Cândido de Faria para o periódico “O Fígaro” que consta no acervo do Museu	27
Figura 05	Rótulos de bebidas típicas de Alagoas que consta no acervo do Museu	28
Figura 06	Fotografia da antiga “Exposição Permanente” do Museu realizada em 1999 que retratava uma cena de gravação da extinta TV Piratini que faz parte do acervo do Museu	29
Figura 07	Projeto de 35 mm marca Pathé Frères. Fabricado na França provavelmente entre 1906/1907, que faz parte do acervo do Museu	30
Figura 08	Fotografia da Solenidade de lançamento da pedra fundamental para a construção da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Ao fundo, o antigo Auditório Araújo Viana e o Teatro São Pedro que faz parte do acervo do Museu	31
Figura 09	Selo do “Disco Gaúcho” fabricado por Salvério Leonetti, em Porto Alegre, cuja fábrica foi a segunda fábrica de discos do Brasil, que faz parte do acervo do Museu	32
Figura 10	Fonógrafo Edson da década de 1910, procedente dos EUA que faz parte do acervo do Museu	32
Figura 11	Fotografia de parte da Exposição “No Ar 50 Anos de Vida”, mostra que resgata fatos marcantes da imprensa brasileira e do cinquentenário do Grupo RBS	33

SUMÁRIO

01	INTRODUÇÃO	11
02	“MUSEU DE COMUNICAÇÃO, UM FATOR OBJETIVO NA CULTURA DO ESTADO”	15
2.1	O nascimento do Museu	15
2.2	MCSHJC: organização, estrutura e funcionamento	22
03	O PATRONO, A EDIFICAÇÃO E O FILME SOVIÉTICO: símbolos da criação do museu	37
04	VISIBILIDADE E MEMÓRIA	43
05	MUSEU DE COMUNICAÇÃO SOCIAL HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA: acesso limitado à pesquisa	47
5.1	Discutindo conceitos...	50
5.2	“É assegurado o direito de acesso pleno aos documentos públicos”	55
06	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
	REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente esta pesquisa tinha como objetivo realizar uma análise sobre a identidade institucional do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, órgão público subordinado a Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, a partir de um enfoque funcional.

O Museu foi escolhido como estudo de caso devido a aspectos que envolvem o seu funcionamento. É uma instituição museológica que, em princípio, possui características de um Centro de Documentação. E é justamente essa questão relacionada às fronteiras dos denominados “órgãos da informação” que justifica a necessidade desse estudo.

O foco da pesquisa era a análise da história do seu funcionamento desde o final da Ditadura Militar Brasileira até a atualidade. Essa datação resultou de uma pesquisa acerca do processo de criação da Instituição, iniciado em 1972 e a sua relação com as Políticas da Memória aplicadas pelo Governo Estadual da época. Políticas estas, vinculadas com os objetivos mais amplos da ideologia nacionalista defendida pelo governo federal.

A problemática desta pesquisa compreendia analisar os objetivos norteadores da fundação de um Museu de Comunicação em um período de forte repressão as liberdades de expressão, sobretudo às comunicações, imposto pelo AI5. Tendo como base as informações encontradas seria realizado um estudo comparativo para analisar os objetivos e fins do museu na época de sua fundação e se houve alguma alteração nestes propósitos após a ditadura militar. Em suma, estudar a trajetória de transformações ao longo do período citado.

Seria necessário pesquisar e analisar a documentação referente ao histórico do funcionamento da Instituição, ou seja, ter acesso ao seu arquivo administrativo. Porém, há limitações no que tange ao acesso das referidas informações, restrições foram feitas

e em uma determinada situação, foi vetada a aproximação com a maior parte das fontes primárias, sendo impossível descobrir se as mesmas existem ou não. Devido a estas impossibilidades o foco do estudo foi alterado.¹

As tentativas quase que totalmente frustradas feitas junto à instituição e em alguns órgãos a ela vinculados mostraram que não há interesse em pesquisas que privilegiem o funcionamento do referido museu. A inviabilização do estudo sobre os objetivos sociais e organização político-administrativa do MCSHJC, fazem supor que o Museu não tem sua própria história preservada e seleciona o que deve ser consultado.

A documentação referente às rotinas, procedimentos, planejamentos e orientações está perdida ou desorganizada, descaracterizando o museu em sua função principal: ser um órgão de informação aberto e interativo com a comunidade em geral. Conseqüentemente, de maneira inversa da inicialmente proposta, retorna-se ao questionamento sobre sua identidade institucional, desviando o foco de análise para as lacunas que impedem a definição desta identidade.

Se a sua criação esteve relacionada às determinações oficiais e simbólicas que o caracterizaram como Museu, em pleno período histórico da Ditadura Militar Brasileira, sua finalidade foi alterada? Certamente os usos e maneiras de apropriação social deste espaço pela comunidade se redefiniram, mas institucionalmente ocorreu tal redefinição? A impossibilidade de reflexão, dentro de pressupostos atuais, sobre os propósitos e fins do MCSHJC é um sintoma das indefinições institucionais.

O foco deste estudo volta-se então para as limitações, para as lacunas e para a impossibilidade de discutir novos e importantes aspectos do Museu como o lugar de preservação das memórias sociais, do espaço de informação que atenda as diferentes necessidades.

¹ Durante o ano de 1999 realizei um estágio remunerado neste Museu, quando estava me graduando no Curso de História da FAPA. Nesse período, tive acesso a alguns documentos que acabei utilizando nessa pesquisa. A pesquisa de outros documentos e as entrevistas que realizei com o idealizador do Museu, o Jornalista Sérgio Dillenbug ocorreram no ano de 2004 quando eu estava cursando a Especialização em História do Brasil/Fapa e realizei uma pesquisa sobre este Museu. Porém, o foco do meu estudo era apenas o processo de criação do MCSHJC. Portanto, não havia me preocupado em investigar a existência de documentação de período posterior.

No primeiro capítulo serão apresentados aspectos referentes ao processo de criação do MCSHJC, dos propósitos de funcionamento e de organização. No segundo capítulo será identificada e analisada uma Política da Memória, implementada pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, através do Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura da época, aplicada ao MCSHJC. O terceiro capítulo abordará a relação entre visibilidade e memória no contexto das exposições museológicas. E no último capítulo será apresentada uma discussão sobre os limites do Acesso a Informação no Museu e as conseqüências das lacunas identificadas no Arquivo da Secretaria da Instituição apresentadas nesse estudo.

Este relato pretende demonstrar as dificuldades e possibilidades de pesquisa, visando mostrar as questões, dúvidas e lacunas decorrentes da falta de comunicação com os responsáveis pelo MCSHJC, sobre a falta de acesso aos documentos pretendidos e sobre as dificuldades de diálogo no que diz respeito às pretensões originais deste trabalho, já que o objetivo principal desta discussão é relacionar a problemática da identidade institucional com a realidade vivenciada durante o trabalho ao longo de quatro meses.

Parte-se de uma abordagem interdisciplinar, utilizando-se referenciais teórico-metodológicos das ciências da informação, entendendo que é de suma importância estimular pesquisas na área de Arquivologia, valorizando os conhecimentos específicos e relacionando-os com outros, que possam contribuir para análises e reflexões conceituais e metodológicas mais amplas.

Pretende-se com este estudo realizar uma análise sobre o espaço social que esta instituição ocupa no cenário cultural do Estado, suas limitações e possibilidades em face das restrições feitas ao acesso de pesquisadores e estudiosos. A impossibilidade de debates e discussões mais amplos a respeito do funcionamento institucional, de suas políticas internas e relações com as políticas públicas, inviabilizam a participação da comunidade, restringindo o atendimento de necessidades diversas. Os questionamentos, as críticas e sugestões que porventura envolveriam o Museu, não ocorrem, uma vez que as pesquisas mais aprofundadas não podem ser feitas. Há

regras não definidas, mas que regem a conduta e as ações administrativas em relação ao público.

2 “MUSEU DE COMUNICAÇÃO, UM FATOR OBJETIVO NA CULTURA DO ESTADO”²

2. 1 O nascimento do Museu

O processo de criação do Museu iniciou em 1972, quando o jornalista Sérgio Roberto Dillenburg, iniciou uma série de reportagens sobre as instituições culturais de Porto Alegre para o jornal *Correio do Povo*. Para tanto, começou uma investigação em diversos órgãos culturais e encontrou um catálogo de jornais constando exemplares muito antigos e até raros, como por exemplo, o *Diário de Porto Alegre*, primeiro jornal gaúcho, datado de 1827. Ao questionar o paradeiro deste acervo, Dillenburg foi surpreendido com a notícia de que ninguém sabia ao certo onde este material se encontrava³.

Na tentativa de rastrear este possível acervo, começou a arrolar informações com os funcionários do Museu Júlio de Castilhos – MJC, que foi a primeira instituição a ser visitada pelo repórter. O referido acervo estivera fechado durante anos e a curiosidade de Dillenburg era saber se os jornais ainda se encontravam ali e como haviam sido reunidos. A informação que obteve é que grande parte deles tinha sido depositada no Arquivo Histórico de Porto Alegre – AHPA, sendo anexados a processos, anos depois, foram enviados para o MJC e sumiram.

Perplexo com esta descoberta, Dillenburg escreveu uma reportagem de página inteira, numa edição dominical do *Correio do Povo*, denunciando o descaso com a

² Título de uma reportagem da Página Central do Jornal da Semana, do dia 16 de junho de 1974. A matéria destaca que em breve exemplares preciosos da imprensa gaúcha estarão à disposição de todos, no Museu, além de informar sobre o que já existe de acervo e sobre os contatos que já estão sendo feitos com empresas jornalísticas para aumentá-lo. “[...] – A intenção do museu – diz Sérgio Dillenburg, seu coordenador – é a de expor objetos ligados à imprensa a dispor de um local conveniente aos pesquisadores”.

³ Todos os trechos de relato deste capítulo basearam-se em informações adquiridas através de entrevistas realizadas com o jornalista Sérgio Dillenburg, idealizador e 1º diretor do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, nos dias 04 e 25 de novembro de 2004.

guarda e conservação, pois não só os jornais haviam sumido como outros objetos que faziam parte do acervo do MJC. Sua repercussão foi grande o que levou o jornalista a continuar sua investigação sobre o paradeiro deste material. Descobriu que estes jornais haviam saído do MJC diretamente para um sótão da Secretaria de Educação e Cultura – SEDAC, onde ficaram amarrados durante anos até serem enviados para o AHPA.

O AHPA, que havia sido reaberto no início da década, possuía vários volumes encadernados de jornais, que não estavam guardados adequadamente por falta de espaço e condições materiais de acondicionamento. Em matéria publicada no Correio do Povo, em 26 de novembro de 1972, Dillenburg denunciou o estado em que este acervo se encontrava.

A repercussão desta matéria resultou no primeiro passo para a criação do Museu de Comunicação Social. O diretor do AHPA, o Coronel da Aeronáutica Moacyr Domingues, foi até a redação do jornal e convidou Dillenburg para trabalhar no Arquivo, com o objetivo de organizar este acervo. Dillenburg era repórter do Correio do Povo e professor, o que lhe fazia pensar que não conseguiria administrar tantas funções, mas aceitou esta tarefa por receio de que este material se perdesse. Diante dessa situação, o jornalista foi trabalhar no Arquivo: limpando, selecionando, catalogando e procurando os demais exemplares que ainda faltavam. Porém, ele acreditava que este acervo deveria ficar no próprio Arquivo, pois tinha consciência de que se tratavam de documentos históricos.⁴ Mas esta não era a mesma visão do coronel Moacyr Domingues, que diante da proposta feita por Dillenburg de criar um Museu de Imprensa dentro daquela instituição, foi categórico ao informar que queria aquele material fora dali, para desocupar o espaço, e sugeriu que o jornalista procurasse a antiga sede da Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas – CORAG, onde está o Museu atualmente, já que esta, ocupava apenas um pequeno espaço para vendas.

Mesmo diante de entraves burocráticos, tais como problemas entre as Secretarias de Educação e Cultura e da Administração para a ocupação do prédio,

⁴ Segundo entrevista concedida por Sérgio Dillenburg durante a realização desta pesquisa, nos dias 04 e 25 de novembro de 2004.

Dillenburg conseguiu uma verba da diretora do Departamento de Assuntos Culturais – DAC da SEC, Antonieta Barone e, com apenas um motorista fez a mudança do material para o antigo prédio do Jornal "A Federação".

Enquanto ocorria uma disputa administrativa, o Museu já estava se constituindo pela iniciativa de Dillenburg e de outros dois colaboradores dessa empreitada: o diagramador Cláudio José Batista Todeschini, que se encarregou de angariar, catalogar e promover o setor de cinema e a jornalista Lara Bendatti, que ficou com as tarefas relacionadas ao Setor de Imagem e Som e o Setor de Imprensa, já organizando um arquivo de vozes que se constituía em entrevistas de personalidades riograndenses. Sérgio Dillenburg ficou encarregado da administração e da divulgação do novo órgão. Os três eram funcionários públicos e foram designados pelo Coronel e Secretário da Educação e Cultura, Mauro da Costa Rodrigues, para constituir uma Comissão Organizadora do Museu, através de uma portaria.

Desta forma, antes da oficialização, o Museu já tinha sede, acervo e já estava sendo administrado. O espaço grande e a proposta dos jornalistas de criar uma espécie de Centro Cultural, transformaram o que deveria ser um Museu de Imprensa em um Museu de Comunicação Social.

Enquanto estas atividades ocorriam, o jornalista elaborou um anteprojeto, encaminhando-o a SEC, para oficializar a situação. Neste, solicitava a criação de um Museu de Comunicação, que além dos volumes em questão, incluiria um acervo sobre a imprensa gaúcha e também sobre a História da Comunicação no RS. Este anteprojeto foi redigido de acordo com as normas do Departamento de Assuntos Culturais, por funcionários específicos para esta função (RIO GRANDE DO SUL, 1989, p. 26). De acordo com Dillenburg:

[...] Com a aprovação da professora Antonieta Barone, diretora do Departamento, o expediente foi encaminhado para o Secretário Mauro da Costa Rodrigues, que qualificou de "excelente", considerando de relevância histórico e cultural, possibilitando, assim colocar à disposição de profissionais, estudantes e interessados em geral a oportunidade de acesso a um significativo acervo, até então inacessível. **O próprio prédio, inaugurado durante o Centenário da Independência, em 1922 e que abrigara o jornal fundado pelos partidários de Júlio de Castilhos, era o local mais adequado às pretensões do Museu, por seu caráter histórico político e da imprensa. (grifo meu)** O fato recebeu

imediate aprovação das entidades de classe como Sindicato dos Jornalistas Profissionais, Associação Riograndense de Imprensa e da própria mídia.⁵

Este relato do jornalista evidencia o simbolismo que envolveu este processo de criação do MCSHJC, quando ele afirma que o prédio de "A Federação" adequava-se às pretensões do Museu pela relação imprensa/política que possuiu no passado. Ou seja, se o local foi indicado pelo Coronel e foi bem aceito pelos jornalistas envolvidos na constituição do Museu, revela que ele possuía um significado para ambos os lados. O mesmo pode ser evidenciado na escolha do patrono da instituição, questões estas, que serão analisadas mais adiante.

O anteprojeto obteve o amparo da SEC e da Associação Rio-grandense de Imprensa – ARI, que manifestou sua adesão através de uma moção de apoio à criação do Museu de Comunicação Social pelo Governo do Estado, apresentada em 17 de outubro de 1973, pelo jornalista Alberto André aos seus conselheiros, enviada ao Secretário de Educação e Cultura, Coronel Mauro da Costa Rodrigues. A moção relatava a sugestão feita por Dillenburg ao diretor do Arquivo Histórico e do Museu Júlio de Castilhos, Coronel Moacyr Domingues, da criação de um Departamento de Imprensa junto a SEC, que cumprisse a função de “[...] coleccionar, conservar e restaurar jornais e demais documentos de comunicação social” (DIÁRIO..., 1974, p. 10).

Em 1974, a Secretaria de Educação e Cultura informava ao Governador do Estado, Euclides Triches, sobre a proposta de criação do Museu. Alguns meses depois, oficializava-se a integração do Museu ao DAC da Secretaria e no dia 30 de dezembro de 1975 o então Governador Sinval Guazzelli referendava a sua criação no Decreto nº 24. 366, publicado no Diário Oficial de 05 de janeiro de 1976 (RIO GRANDE DO SUL, 1976 s/p). A questão da aquisição de acervo constituía o 1º item da portaria nº 01804 (Idem) onde constava que o Museu possuía a finalidade de “[...] selecionar e recolher material referente à Comunicação Social do RS, existentes nas diversas instituições ligadas ao Departamento de Assuntos Culturais, devendo ser encaminhados ao novo Museu” (DIÁRIO..., 1974, p. 10).

⁵ Estas informações constam num texto impresso elaborado por Sérgio Dillenburg, em 2004 (p.05), resultado de uma pesquisa realizada pelo jornalista como fonte para a criação de um catálogo comemorativo dos trinta anos do Museu. Porém, não foi utilizado naquela publicação.

Através desses primeiros ajustes legais, ficou definido que além de receber o material proveniente de outras instituições a fim de inseri-los no acervo, o MCSHJC deveria organizá-lo, preservá-lo e providenciar novas aquisições, realizando pesquisas, coletas e campanhas por todo o Estado com a finalidade de obter doações, objetivando a ampliação do seu potencial. Além disso, também constava da proposta de sua fundação a sua responsabilidade de proporcionar ao público informações e acesso às atividades na área de sua especificidade.

Segundo a mesma portaria já referida anteriormente, é possível perceber que o Museu se inseria em um projeto político característico do governo militar, a saber, a ênfase tecnicista e progressista, pois “[...] o Museu deveria colaborar para o conhecimento acerca da História da Comunicação Social no RS e seu **processo dinâmico**” (grifo meu) (Idem). A fundação de um Museu de Comunicação Social com o apoio de órgãos oficiais, justamente em um período de censura, principalmente aos meios de comunicação, caracterizado por um acirrado cerceamento à liberdade de expressão,⁶ poderia indicar que a criação do Museu visava justamente minimizar os efeitos dos limites impostos a este direito civil junto à opinião pública.

A criação do MCSHJC poderia justamente desqualificar as acusações sobre a existência de censura, seguindo as diretrizes de um projeto político para a cultura, cuja estratégia de “controle político e social”, incluíam a construção de memórias predefinidas. Veremos mais adiante que Isto pode ser evidenciado no momento em que determinadas atividades do Museu entram em desacordo com os propósitos governamentais, culminando com a substituição do primeiro Diretor da Instituição.

O Museu foi aberto ao público em dezembro de 1974, com uma exposição que continha, entre outros objetos, “[...] uma coleção de jornais raros, uma videofone o 1º telex (sic) e telefones antigos. Em janeiro organizou outra exposição, desta vez com fotos premiadas de profissionais da imprensa gaúcha nos anos de 72, 73 e 74. Em março deverá começar uma série de sessões de cinema com filmes inéditos, de arte e também exposições” (POUCOS..., 1975, 1ª página). Ainda segundo o boletim

⁶ Conforme ORTIZ (1985), PADRÓS (1996) E FICO (2004).

comemorativo dos quinze anos do Museu, em 1974, ocorreu uma exposição temporária sobre os 1^{os} jornais do Estado e uma sessão de filmes franceses e, em 1975, outras exposições temporárias que tinham como tema a abolição da escravatura, a imigração italiana, alguns cartazes promocionais da Alemanha, as charges do jornal "ontem e hoje" e também sobre jornais missioneiros.

A tradição jornalística do prédio é significativa. “[...] O jornal ocupou suas dependências a partir de 6 de setembro de 1922, ocasião em que o então diretor, Lindolfo Collor, autor das primeiras leis trabalhistas, discorreu sobre a linha editorial do jornal e os propósitos na implantação da República. Uma reinauguração ocorreria no dia 27 de agosto de 1927, com a ampliação do edifício. *A Federação* circulou até 17 de novembro de 1937, quando, por ato do presidente Getúlio Vargas, foi obrigado a suspender a publicação. [...] No ano seguinte, 1938, foi instalado o *Jornal do Estado*, com um encarte dos atos do governo, como fizera antes a própria *A Federação*, com um suplemento do Diário Oficial. O *Jornal do Estado* foi extinto em julho de 1942, passando apenas a Diário Oficial, impresso pela Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (Corag), com sede atual na rua Coronel Aparício Borges.” (DILLENBURG, 2004, s/p)

O prédio do atual Museu, localizado na Rua dos Andradas, 959, Centro de Porto Alegre, esquina da Rua Caldas Júnior, foi construído em 1921 para abrigar o jornal *A Federação*, órgão do Partido Republicano Rio-grandense – PRP. O PRP instalou uma ditadura política no Estado, baseada em interpretações positivistas de seus principais líderes, Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros e defendia um ideal de ordem e progresso muito semelhantes aqueles defendidos pelos militares nas décadas de 60 e 70 do século XX.

A edificação foi projetada pelo engenheiro civil gaúcho Teófilo Borges de Barros, dentro do estilo eclético, definida por estudiosos da História da Arte Gaúcha, como Doberstein (1992) e, por alguns especialistas da área, como arquitetura positivista. Este tipo de arquitetura demarcava os espaços considerados importantes para a vida cultural da cidade, a “moça” com a tocha significa a luz da sabedoria, da ciência, do conhecimento. Possui três andares e sua área total é de 3 mil 160 metros quadrados,

mas parte dela foi destruída por um incêndio em 1947. Após alguns reparos, a sua estrutura física foi ampliada pelos fundos na Rua Caldas Júnior. Em 1977 foi tombado, tornando-se Patrimônio Histórico do Estado. No alto da fachada há uma estátua que representa a imprensa, esculpida pelo italiano Luiz Sanguin e que foi restaurada em 1995 para recuperar a mão e a tocha que corriam risco estrutural. (RIO GRANDE DO SUL, 2005, p. 13)



Figura 01 – Vista do Museu na esquina das ruas Caldas Júnior e dos Andradas.

Fonte: [FACHADA...]

O patrono do Museu, Hipólito José da Costa, nascido na Colônia de Sacramento, na época em que integrava o território brasileiro, foi fundador do *Correio Braziliense*, o primeiro periódico brasileiro⁷ fora do país. Seu lançamento antecipou-se em três meses

⁷ Embora o Brasil ainda não constituísse uma Nação nessa época.

à Gazeta do Rio de Janeiro, curiosamente, o primeiro impresso jornalístico oficial do Reino Unido.

O Correio Braziliense editado pela primeira vez em Londres no dia 10 de junho de 1808, possuía um sentido doutrinário: pregava a abolição da escravatura, a independência das Américas e a interiorização da capital do Brasil como fator necessário à conquista do país.

Também denominado Armazém Literário, devido à variedade de temas apresentados, o jornal era divulgado clandestinamente em Portugal e na Colônia, em função do sentido pró-liberal que continha. Em 1822, ano da Independência do Brasil, o Correio teria sua última publicação. Nada mais coerente para Hipólito, visto que as pregações de seu mensário representavam o desejo da formação de uma nacionalidade brasileira e, por isso, sua finalidade havia sido cumprida (QUEVEDO, 1997).

A escolha do nome desse jornalista para o Museu possuía um significado simbólico provocativo no contexto do regime de governo pós-64. Mesmo com a possibilidade de difundir a idéia de que o primeiro jornal brasileiro foi editado por um “gaúcho”⁸, esse jornalista representava um indivíduo que se opunha a uma realidade política estabelecida. Essa questão será retomada no próximo capítulo. Por ora, seguiremos apresentando a estrutura organizacional do Museu.

2. 2 O MCSHJC: organização, estrutura e funcionamento

Na proposta de fundação do Museu a responsabilidade de proporcionar ao público informações e acesso às atividades na área de sua especificidade

⁸ O nascimento de Hipólito da Costa na Colônia de Sacramento, região marcada por disputas territoriais davam margem para considerar que jornalista nasceu em terras gaúchas.

representavam a força-motriz de seu funcionamento. Em conformidade com esses propósitos, sua Missão (MUSEU..., 2009, p. 1) consiste em:

- a. pesquisar, recolher, classificar, conservar os acervos das diversas áreas da comunicação social produzidas nos níveis regional, nacional e internacional para fins de estudo, educação e lazer;
- b. comunicar através da exposição de bens culturais na sociedade gaúcha e nacional assim como a evolução desses meios de comunicação e os resultados advindos dos objetivos supracitados;
- c. adquirir, documentar, preservar, expor e divulgar a história e as transformações tecnológicas, sócio-políticas, econômicas e culturais, incluindo formas e fontes comunicacionais originárias do Rio Grande do Sul;
- d. proporcionar ao público o acesso à pesquisa em seu acervo;
- e. recorrer a convênios ou atividades com entidades congêneres e financiadoras de pesquisas, apoios culturais e patrocínios que possibilitem a consecução dos seus objetivos e o estímulo da história da Comunicação Social.

Trata-se, em última análise, de objetivos baseados no tripé: preservação – pesquisa – difusão. É neste sentido que, desde sua fundação, o Museu tem como proposta a disponibilização de seu acervo para consulta, além de pesquisar, conservar e divulgar a história da comunicação gaúcha.

O Regimento Interno⁹ foi revisado em 1985 e 1993¹⁰, mas em sua primeira versão o Museu possuía a seguinte estrutura:

- I. Secretaria;
- II. Serviço de Acervo e Pesquisa (SEAP):

⁹ O Regimento apresentado pela Vice-Diretora do Museu tratava-se de uma cópia impressa, sem data.

¹⁰ Segundo informações obtidas de um Formulário de Cadastramento impresso fornecido pela Vice-Diretoria da Instituição. Infelizmente, ela não soube informar do que se tratava esse cadastramento e nem informar a data precisa do mesmo. Considerou que a data provável seria 2005.

- a. Setor de Imprensa Escrita (SIE);
- b. Setor de Radiodifusão e Teledifusão (SRT);
- c. Setor de Cinema e Fotografia (SCF);
- d. Setor de Publicidade e Propaganda (SPP);
- e. Setor de Laboratório e Restauração (SER);

III. Serviço de Difusão Cultural (SEDIC):

- a. Setor de Planejamento e Organização (SPO);
- b. Setor de Recursos Audiovisuais (SRA).

Esse documento informava que o Diretor da Instituição deveria ser indicado pela Secretaria da Educação e Cultural do Estado – SEDAC, ser uma personalidade reconhecida da área da Comunicação, bem como um administrador capaz. (MUSEU..., s.n, 197-?) Essas primeiras informações já assinalam uma estruturação e organização bem compartimentada e centralizadora, característica do Governo Militar da época. Ao mesmo tempo, observa-se que a setorização decorrente acabou influenciando nos processos de aquisição, organização e preservação de seu acervo (MUSEU..., 2009, p. 2), que, para o visitante ou pesquisador mais atento, indica a existência de vários órgãos dentro de uma mesma instituição.

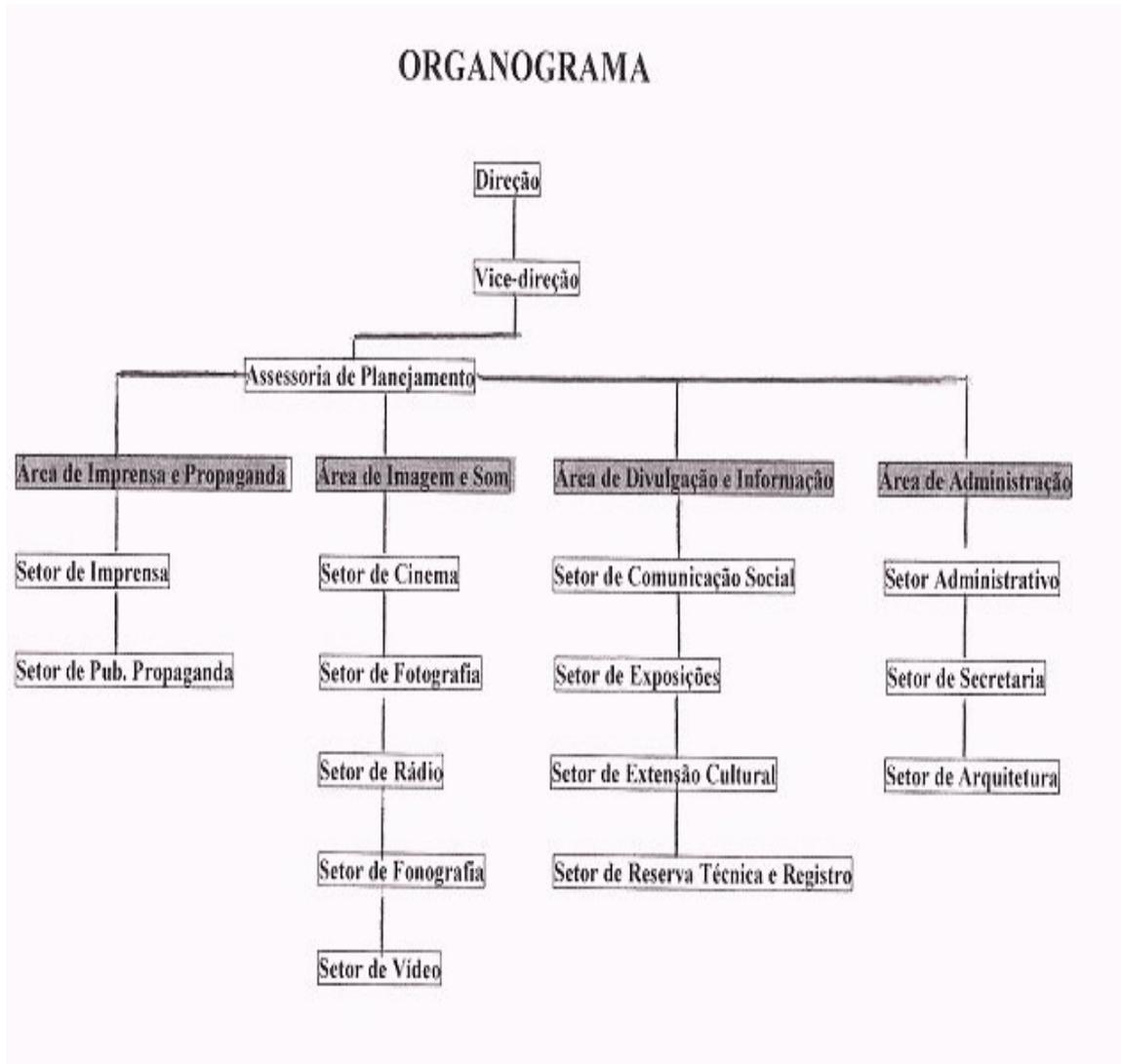


Figura 02 – Organograma atual do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa.

Fonte: MUSEU...,2009, p. 04

O acervo do Museu corresponde a suportes relacionados à Imprensa; ao Cinema; a Fotografia; a Televisão e Vídeo; ao Rádio e Fonografia e a Publicidade e Propaganda



Figura 03 – Fotografia realizada em 1999 do Parque Gráfico que pertence ao Acervo do Museu.

Fonte: Arquivo pessoal de Ana Letícia Vignol.

O **Setor de Imprensa Escrita e Revistas** contém jornais, revistas e cartuns publicados no Estado desde 1827, além das principais publicações de periódicos nacionais e estrangeiros. Possui um valioso acervo de jornais raros do século XIX no Rio Grande do Sul e é considerada uma das maiores hemerotecas do país, com cerca de 3.000 títulos. Entre as obras raras destacam-se: a “Gazeta do Rio de Janeiro” (1808), primeiro jornal impresso no Brasil; o “Diário de Porto Alegre” (1827), primeiro jornal gaúcho; “A Sentinela do Sul” (1867), primeiro jornal ilustrado; o “Mestre Barbeiro” (1835), menor jornal publicado, entre outros.

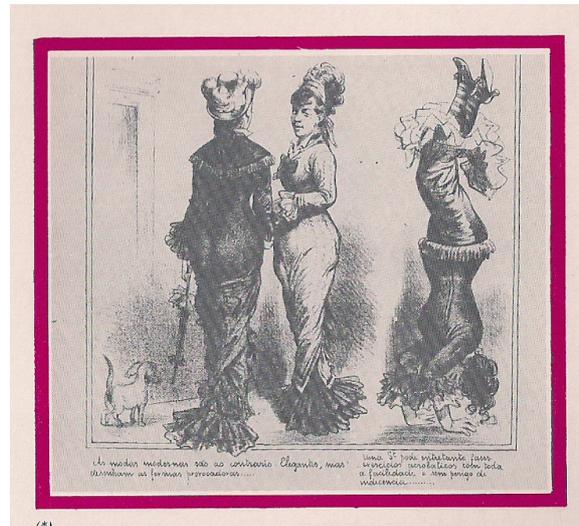


Figura 04 – Ilustração de Cândido de Faria para o periódico “O Fígaro” que consta no acervo do Museu.

Fonte: Rio Grande do Sul, 1989, p. 35.

O **Setor de Publicidade e Propaganda** possui um acervo muito variado e é responsável pela preservação e reconstituição da memória da publicidade e propaganda gaúcha. Contém cartazes de propaganda relacionados aos mais diversos temas/assuntos, tais como: veículos e vestuário; livros, línguas e literatura; jornais e revistas; música; teatro; dança; cultura popular e folclore; fotografia; museus; comunicação e imprensa; publicidade e propaganda; cinema e vídeo; ciências humanas e sociais (história, antropologia, política, sociologia e filosofia); arquitetura, medicina, ciência e tecnologias; comércio; perfumarias, ótica e limpeza; artes plásticas; cultura; bibliotecas; turismo; esporte; religião; sindicatos; utilidade pública; propaganda institucional e propaganda político-partidária; agricultura e indústria; festivais, feiras e festas; cartazes grandes.

Dentre tantas outras peças destacam-se o Programa do Concerto da Philharmonica Porto-Alegrense, de 1885, um panfleto do Partido Federalista, impresso na década de 20, o convite para o banquete em homenagem a Borges de Medeiros, realizado em 1928, o material oficial de divulgação do Centenário Farroupilha, comemorado em 1935 e a propaganda institucional produzida pelo governo brasileiro,

no período da ditadura militar. Além disso, o acervo de cartazes do desenhista Nelson Boeira Fräedrich foi doado à Instituição pela família e reúne exemplares únicos e originais de peças publicitárias das décadas de 1930 e 1940.

O setor contém também peças publicitárias em pastas de polionda vindas de agências que utilizam o mesmo critério de assuntos acima citados. As peças foram uma doação da ARP – Associação Riograndense de Propaganda – e estiveram em Salões de Publicidade organizados por esta entidade.

Além dos exemplos citados, encontram-se lá também álbuns de figurinhas, etiquetas, tampinhas de garrafas, coleção de lápis, santinhos, programas de música, teatro, propaganda política, impressos, propaganda da Casa Masson, discursos, botons, cardápios, "folders", divulgação da Usina do Gasômetro, das Universidades, de seminários, palestras, livros, catálogos variados, chaveiros, adesivos e outros. além disso, contém as publicações nacionais e estrangeiras.



Figura 05 – Rótulos de bebidas típicas de Alagoas que consta no acervo do Museu.

Fonte: Rio Grande do Sul, 1989, p. 12.

O **Setor de Televisão e Vídeos** tem como objetivo preservar o material utilizado para a produção, transmissão e recepção de televisão. Apresenta um acervo de peças, scripts de programas televisivos realizados no Estado e mantém uma videoteca com produções das emissoras do Rio Grande do Sul e de produtores independentes de todo o país. Possui um acervo de 400 vídeo-tapes de 2 polegadas Quadruplex.

Também está sob sua custódia o acervo de equipamentos e programas da extinta TV Piratini – Canal 5, inaugurada em 1959, sob o controle dos Diários Associados e que encerrou suas transmissões após o meio-dia de 18 de julho de 1980.



Figura 06 – Fotografia da antiga “Exposição Permanente” do Museu realizada em 1999, que retratava uma cena de gravação da extinta TV Piratini que faz parte do acervo do Museu.

Fonte: Arquivo Pessoal de Ana Letícia Vignol.

O **Setor de Cinema** recolhe, guarda e preserva equipamentos cinematográficos, além de uma variedade de filmes de todas as bitolas, incluindo cine-jornais, documentários, registros domésticos e ficção. Seu acervo é composto 99% de

documentários, cinejornais, curta-metragens, e telejornais, datados de meados da década de 40 até a década de 80.

Esses registros possuem informações acerca do cotidiano, de aspectos sociais, de eventos políticos, em películas de 9,5mm, 8mm, super-8mm, 35mm, 16mm, diâmetro regional e nacional – peças únicas e de valor inestimável para a história do Estado. Possui também um material impresso, tais como livros, revistas especializadas, recortes de jornais, folhetos publicitários, cartazes e folders relacionados a temática que estão à disposição do público para consulta local.

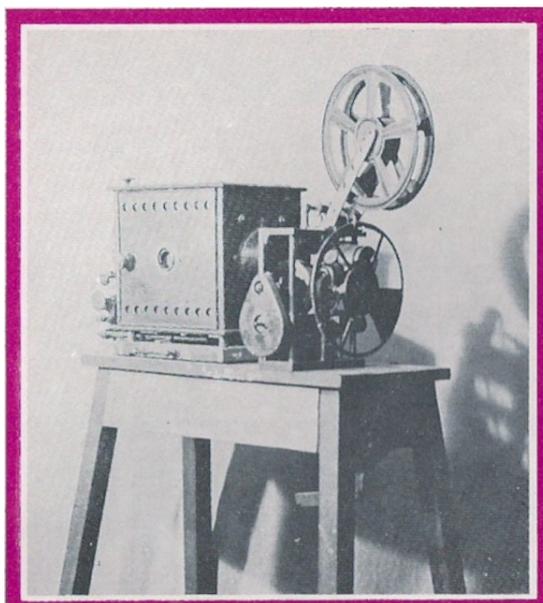


Figura 07 – Projetor de 35 mm marca Pathé Frères. Fabricado na França provavelmente entre 1906/1907, que faz parte do acervo do Museu.

Fonte: Rio Grande do Sul, 1989, p. 12.

O **Setor de Fotografia** possui um acervo composto por coleções de fotógrafos nascidos ou que atuaram nos municípios do Rio Grande do Sul e em Porto Alegre, desde os fins do século passado até os dias atuais. Conta também Imagens em diversos processos fotográficos, tais como: negativos de vidro, filmes, fotografias,

cartões postais, imagens estereoscópicas, slides e cópias digitais. Preserva o acervo oficial do Estado, constituído do registro de todos os atos governamentais produzidos pela Assessoria de Imprensa do Palácio Piratini, repassado ao Museu de 4 em 4 anos. Os temas abrangem a história dos meios de comunicação social – processos de transformação da malha urbana de Porto Alegre e outros municípios e registros da vida política oficial do Estado desde 1947, incluindo retratos de figuras públicas e álbuns de família.



Figura 08 – Fotografia da Solenidade de lançamento da pedra fundamental para a construção da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Ao fundo, o antigo Auditório Araújo Viana e o Teatro São Pedro que faz parte do acervo do Museu.

Fonte: MUSEU..., 1989, p. 39.

O **Setor de Rádio e Fonografia** tem como atribuições recolher, pesquisar, conservar e disponibilizar a memória desta área. Coleta dados, documentos sonoros e gráficos, além de equipamentos Fonográficos. Abrange coleções de discos de diferentes rotações, fitas cassete contendo gravações de depoimentos de personalidades da área cultura e política do Estado, principalmente, além de scripts de radionovelas dos anos 40, 50 e 60. Guarda receptores de rádio e equipamentos fonográficos, radiogravador com duplo deck, 4 toca-discos com agulha reversível (33 –

78), discos de música na rotação 78, 45 e 33, 1 gravador acoplado a um toca-discos e 1 gravador de rolo, constituindo a mesa de som e gravação.

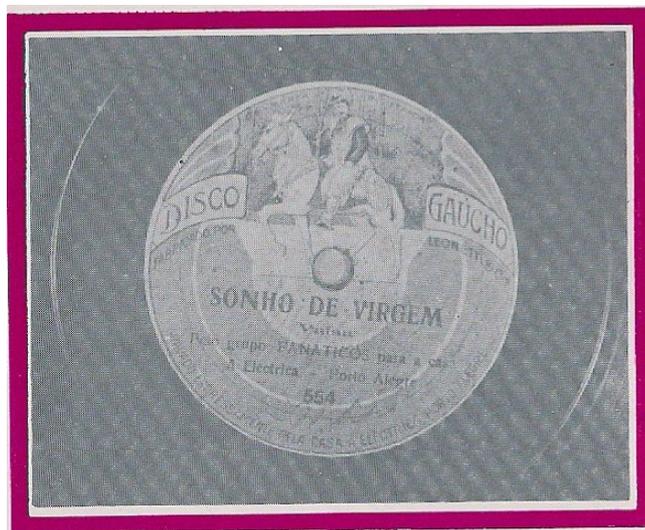


Figura 09 – Selo do “Disco Gaúcho” fabricado por Salvério Leonetti, em Porto Alegre, cuja fábrica foi a segunda fábrica de discos do Brasil, que faz parte do acervo do Museu.

Fonte: MUSEU, 1989, p. 39.

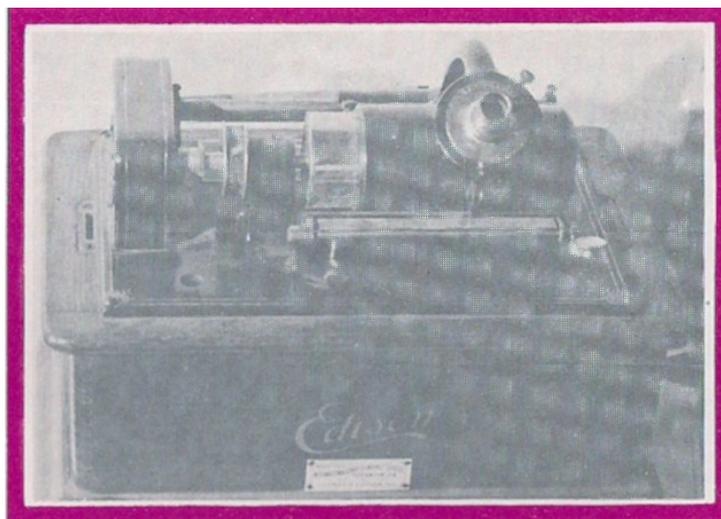


Figura 10 – Fonógrafo Edson da década de 1910, procedente dos EUA que faz parte do acervo do Museu.

Fonte: MUSEU, 1989, p. 39.

O Setor de **Extensão Cultural** trata da programação visual, projetos de exposições e montagem, relacionamento com a comunidade, museu e escola, fluxo geral do atendimento, visitas guiadas, sessão de vídeos, divulgação, folder, seminários, eventos, espaços museológicos e museografia e do estabelecimento de redes sociais (PLANO MUSEOLÓGICO, 2009, p. 05).

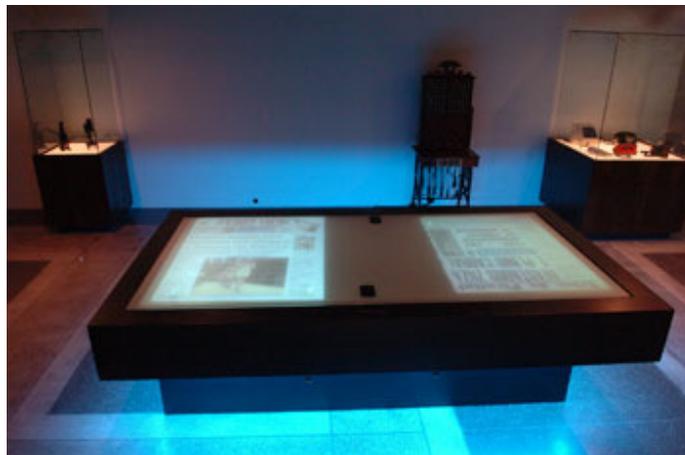


Figura 11 – Fotografia de parte da Exposição “No Ar 50 Anos de Vida”, mostra que resgata fatos marcantes da imprensa brasileira e do cinquentenário do Grupo RBS. Neste módulo, os visitantes podem “folhear” as imagens digitalizadas de páginas do Jornal Zero Hora. (2009)

Fonte: EXPOSIÇÃO...

Como foi dito anteriormente, o acervo do MCSHJC compõe-se de diversos suportes comunicacionais – escritos, impressos, falados, musicais, visuais e audiovisuais – e tem por finalidade adquirir, documentar, preservar, pesquisar, expor e divulgar a história e as transformações tecnológicas, sócio-políticas, econômicas e culturais das formas e fontes comunicacionais originárias do Estado.

Mas exercer essas atividades exige um apoio estrutural que é reconhecidamente escasso quando destinado a entidades culturais públicas, principalmente. Felizmente, o Museu, como boa parte das entidades culturais, conta com recursos da Associação de

Amigos, prevista em seu Regimento Interno. Como as demais também, essa Associação não tem fins lucrativos, nem limite de funcionamento ou de associados. “Esta inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, sob o nº 89.138.184/0001-64 e no Cadastro de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural do Ministério da Cultura (MINC) 43.003832/87-21, podendo receber patrocínio e doação instituídos pela Lei 7.505/1986”.(Op. Cit, p. 02)

No que se refere a questões mais técnicas, o Museu só agora conseguiu criar seu Plano Museológico e, segundo este, além da apresentar uma relação dos problemas infra-estruturais relativos às condições da edificação, de segurança, de preservação e acondicionamento do acervo, destaca uma característica que já foi citada aqui anteriormente:

“(…) na organização inicial do Museu houve uma dissociação destes acervos, ao se criarem núcleos separados por tipologia, o que acabou tornando-os quase autônomos e dificultando uma integração entre os mesmos. Este fato torna-se evidente ao analisar-se a documentação museológica da Instituição, pois não há um livro tomo e uma catalogação única para todo o Museu, mas fichas catalográficas, listagens, base de dados informatizada adotadas nos diferentes setores, mas carecendo de uniformidade. As tentativas de uniformização acabaram tropeçando em dificuldades devido à diversidade do acervo, ao custo e ao tempo que seria gasto com essa ação.” (MUSEU..., 2009, p. 02)

A própria administração atual identificou essa compartimentalização como um problema organizacional. Segundo entrevista realizada com Sérgio Dillenburg e reportagens divulgadas principalmente nos Jornais Correio do Povo e Zero Hora durante o período de 1973 a 1976¹¹ é possível compreender que esse fato ocorreu devido a forma que o acervo era adquirido, assim como as verbas para o seu tratamento.

Os jornais, como já citado, foram recolhidos de outras instituições e, desta forma, foram os primeiros a serem recuperados e catalogados. O restante do acervo, passava por este mesmo processo, à medida que o Museu os adquiria. Era realizada uma

¹¹ No ano de 2004 realizei uma pesquisa no Setor de Imprensa do Museu de Comunicação fazendo um levantamento de notícias que envolviam o Museu ou Patrimônio. Foram um total de 800 reportagens ou notas veiculadas por diversos jornais durante os anos de 1973 a 1979. Está tudo documentado.

seleção de prioridades e o corpo técnico inicial da Instituição era limitado a três jornalistas.

Na realidade, acredita-se que proposta de criação desse Museu tomou uma dimensão maior do que a esperada tanto pelo seu idealizador e equipe, quanto para o Governo e a classe jornalística, principalmente. A quantidade do acervo foi se avolumando ao longo dos anos e os setores funcionando autonomamente. Daí a inexistência de um livro-tombo e de catalogações paralelas.

Durante esses trinta e cinco anos do Museu, provavelmente devem ter surgido propostas de organização/reorganização do acervo, porém, como é o caso de muitas instituições públicas, a cada troca de governo, ocorre uma troca de equipes administrativas e os servidores que lá atuam e conhecem a realidade do trabalho no Museu, ficam reféns de orientações políticas diversas. Não seria leviano levantar a hipótese de que diversos projetos fundamentais para o funcionamento da Instituição tenham sido interrompidos por questões político-partidárias. Esse tipo de acontecimento é correntemente noticiado nos meios de comunicação atuais.

Um fato interessante é que, na fase inicial de funcionamento da Instituição, uma servidora destaca que, mal haviam iniciado a catalogação dos jornais, pesquisadores já estavam procurando este acervo específico. Mas as exposições ainda não era muito freqüentada, principalmente aos fins-de-semana (POUCOS..., 1975, primeira página).

É justamente a tradição de pesquisa, principalmente dos jornais que mais aproximam esta Instituição de um Centro de Documentação. Porque se relacionarmos com o período de sua criação, o Museu era mais visível. Nos jornais de grande circulação da época, a divulgação de suas exposições, cursos e demais eventos eram bem significativas.¹² E embora também já possuísse problemas financeiros e estruturais, a mobilização dos profissionais da comunicação possibilitava o seu

¹² Na pesquisa realizada em jornais já citada, dividi as notas e reportagens em 15 categorias: Preservação, Patrimônio e Memória; Museus; História da Imprensa; Atuação de jornalistas e a ARI; Criação do MCSHJC; O que acontecia no MCSHJC; a Relevância do MCSHJC; o Patrono; o Acervo; Exposições; Cinema; Cursos, Concursos e Promoções; O MCSHJC e a comunidade; Conservação do Prédio e Outros temas.

funcionamento como tal. Mas, com exceção da atuação da Associação dos Amigos do Museu e uma eventual parceria com o Grupo RBS – uma empresa de comunicação multimídia do Estado do RGS, a aproximação entre os profissionais da área e a instituição parece ter se perdido no tempo.

Esta falta de reconhecimento é que justifica a idéia de que o Museu parece ter perdido sua finalidade inicial. Como citado anteriormente, no momento de sua criação e durante os primeiros anos de seu funcionamento, em pleno período de Ditadura Militar Brasileira, ele cumpriu o papel de educar pela memória, fortalecer a noção de memória, enfatizando a tecnologia e o dinamismo. Estava inserido num projeto que se encaixava muito bem aos propósitos governamentais tecno-pedagógicos referentes à cultura da época. Um Museu de Comunicação Social, criado em plena época de censura aos meios de comunicação evidenciava um propósito, no mínimo, distintivo.

Com o fim da ditadura não haveria mais sentido essa finalidade? Ou o seu significado simbólico permaneceria? Seu propósito, enquanto instituição museal ainda seria o mesmo? Atualmente, como o MCSHJC funciona? Que instituição é essa? Esses são os questionamentos que norteiam esse estudo e que serão abordados a seguir. Pois é preciso analisar em que momento se evidencia essa simbologia relacionada à criação e ao funcionamento do Museu que irá desencadear uma mudança na sua administração.

Nosso ponto de partida é que a criação deste Museu possuía dois objetivos que, por parte dos administradores da instituição e por parte dos dirigentes da SEC e do DAC convergiam-se: a preservação dos meios de comunicação e a sua difusão. Porém, a maneira como esta forma de difusão ocorreria e o que deveria ser difundido não foi um consenso. Houve um desencontro.

3 O PATRONO, A EDIFICAÇÃO E O FILME SOVIÉTICO: símbolos da criação do museu

A já citada participação da comunidade jornalística, de acordo com as reportagens pesquisadas em diversos jornais da época, entre o período de 1973 a 1975, no apoio e destaque ao Museu são evidentes, principalmente no que se refere ao valor do acervo de jornais e às projeções de filmes. Dillenburg também relata a importância da ARI e do jornalista Alberto André, neste processo:

Alberto André, então presidente da Associação Riograndense de Imprensa, ressaltou como positiva a iniciativa da criação do museu, reunindo num mesmo local um dos mais valiosos acervos que lamentavelmente ainda não se encontrava catalogado, assim como a escolha para sede do histórico prédio da antiga A Federação, jornal que circulou numa época importante da imprensa política que tem assinalado uma fase da vida riograndense. Para ele, a partir de agora o museu seria um forte instrumento para a pesquisa e a cultura. E lembrou que a ARI já havia demonstrado anteriormente o apoio a essa idéia, consciente de que se tratava de uma iniciativa em marcha, que haveria de ser concretizada com o apoio do governo do Estado, da SEC e aos órgãos a ele vinculado. (DILLENBURG, 2004, p 04)

Mas, durante a narração do processo de criação do Museu, destaca-se que foi um coronel que indicou este espaço para ocupá-lo. Durante esta pesquisa, percebeu-se que a relevância do prédio só foi salientada no anteprojeto e no ato de solenidade de criação. Tanto por parte do governo quanto por parte da comunidade jornalística, a edificação foi um consenso devido ao significado histórico que esta possuía. Ora, este prédio foi sede de jornais relacionados diretamente com o Estado e em períodos de governos ditatoriais. Neste sentido, o prédio revela um duplo sentido simbólico: para os militares, a oficialidade de governos autoritários e, para os jornalistas, um espaço histórico da imprensa que deveria ser resgatado.

Não é ao acaso que ainda na década de 1970 e depois na de 1980, onde o Museu estava correndo o risco de ser transferido para outro lugar, devido a problemas de estrutura do prédio e também para tornar-se sede da Secretaria da Fazenda, a ARI se posicionou veementemente contra, utilizando-se da imprensa para estabelecer uma

campanha contra as ações governamentais, que acabaram por desistir deste intento. Mas a atuação da ARI não se limitou apenas a isto.

No objetivo de homenagear Hipólito José da Costa, patrono da imprensa brasileira, criou uma Comissão Especial, em 1972, para organizar um calendário de festividades e realizações comemorativas “[...] para reverenciar sua memória, ao assinalar o sesquicentenário de seu falecimento e bicentenário de seu nascimento” (ASSOCIAÇÃO..., 1975, p. 01).

Foram realizadas diversas atividades que incluíam, entre outras, a divulgação de artigos sobre patrono, a criação de um Concurso Nacional de Monografia sobre sua história, a reedição de uma obra sua, eventos no Uruguai e Inglaterra, países ligados ao histórico de Hipólito, a Criação do Museu, etc. Dentre os participantes dessa Comissão, encontra-se o historiador Francisco Riopardense de Macedo, vencedor do concurso de monografias, cuja obra intitulava-se Hipólito da Costa e o Universo da Liberdade e que consistia numa análise histórica centrada na importância do jornalista na luta pela liberdade e pela democracia.

Ora, as práticas desse jornalista demonstram que esteve sempre envolvido com questões relacionadas à liberdade de expressão e à nacionalidade. Não é à toa, então, que os profissionais da imprensa brasileira da década em estudo encontrassem neste homem sua figura mais significativa. Nos periódicos da época, principalmente no Correio do Povo, existem diversas matérias que demonstravam uma relação estreita entre a ARI e o governador Euclides Triches. Tratava-se de articulações políticas evidentes, realizadas principalmente por Alberto André, onde é perceptível que este trânsito político do jornalista facilitou a aceitação da indicação do Patrono do Museu.

Se for considerado que há uma consonância entre os propósitos da criação do Museu por parte dos jornalistas e do DAC/SEC, poder-se-ia concluir que esta instituição foi pensada e constituída em comum acordo e que sua peculiaridade, já tão questionada neste trabalho, não tem relevância alguma. Porém, é possível compreender em que momento houve um desencontro quanto ao papel social do Museu e que se mostra um indício importante de que havia um projeto de política da

memória, onde esta instituição deveria se encaixar. É o momento em que a censura chega ao Museu. Para iniciar esta discussão, ninguém melhor do que o próprio Dillenburg para nos relatar como isso aconteceu:

[...] Então, o Cláudio Todeschini, que tinha muito relacionamento, ele conseguiu...através de Consulados [...], filmes. É... franceses, com um ciclo de cinema francês, por exemplo, um ciclo de cinema italiano, um ciclo de cinema brasileiro, com o Humberto Mauro. [...] inclusive da União Soviética [pausa]. Ele criou um problema...porque...um dia foi um jornalista... Ah! A União Soviética [pausa] tinha um representante aqui em Porto Alegre [...]. Do consulado, lá de Brasília. Aí ele foi falar comigo, oferecendo um filme, sobre guerra. Sobre a participação da Rússia na Segunda Guerra Mundial. Aí eu disse: olha, [...] nós estamos numa época muito instável aqui, com estes militares aí...Não sei como os homens vão ver isso...[...]. Mas e aí, tanto insistiu, e o filme tinha sido premiado...[...] Bom! Então vamos projetar este filme!¹³

O filme chamava-se "A grande Batalha" e dividia-se em duas fitas – "A Ruptura" e o "Arco de Fogo". Era um filme longo, mais ou menos 2 horas. E, quando chegou em Porto Alegre já havia perdido em torno de uns 15 a 20 minutos, pois tinha passado pelo departamento de censura federal e o departamento de censura estadual (segundo entrevista com Dillenburg). Este filme, como todos os outros que haviam sido promovidos pelo Museu, foi exibido na Assembléia Legislativa. Nos jornais da época, percebemos um destaque muito grande aos outros filmes, principalmente ao ciclo de homenagem a Humberto Mauro e ao ciclo argentino. Porém, quanto ao filme soviético, a divulgação foi bem tímida.

O jornal Correio do Povo foi o único encontrado que apresentou uma reportagem mais sólida quanto ao filme. Nesta, informava que, devido às comemorações dos 30 anos de aniversário da Segunda Guerra Mundial, os países que intervieram no conflito estavam comemorando a data de diversas formas, porém, a maioria preferiu as reconstituições cinematográficas, no intuito de proporcionar uma visão do que este momento histórico representou para as novas gerações e para alertar contra as guerras.

Sobre a fita, é noticiado o seguinte: "[...] vai ser apresentada, em Porto Alegre, numa iniciativa do Museu de Comunicação Social 'Hipólito José da Costa', do Departamento de Assuntos Culturais da SEC, com colaboração da Embaixada da

¹³ Trecho da entrevista realizada com Dillenburg no dia 04 de novembro de 2004.

URSS, de Brasília, e do Instituto Brasil – URSS, de Porto Alegre” (FILME..., 1975, p. 15). Até agora, é perceptível que a projeção do filme obteve um amplo apoio, principalmente governamental e que, aparentemente, esta exibição não representava problema algum, em termos de censura cinematográfica. Aparentemente...

Segundo a mesma matéria, o "Arco de Fogo" seria exibido dias 28 e 29 de junho, às 21 horas, no auditório da Assembléia e nos dias 5 e 6 de julho, no mesmo horário, "A Ruptura". O diretor de "A Grande Batalha", chamava-se Yuri Osirov e o diretor de fotografia, Igor Siabnevitch. Arco de Fogo, baseava-se na batalha de Kursk, em 1943. Narrava o que aconteceu com os exércitos alemães, no entorno de Moscou, em 1941 e a destruição de Stalingrado, em 1942-43. Enfatizava a importância dessa batalha para o fim do nazismo. Sobre A Ruptura, a matéria nada informa, apenas acrescenta que “[...] ‘A Grande Batalha’, mostram o trabalho dos Estados-maiores, os serviços de exploração militar das forças que atuavam na frente e na retaguarda, nas trincheiras e nos Quartéis Gerais, nos abrigos e nas reuniões diplomáticas (Ibidem).

Infelizmente, para este estudo, não foi possível assistir a este filme para tentar realizar maiores análises. Trata-se de um filme de guerra, realizado por um governo totalitário, mostrando como, na década de 40, conseguiu colaborar para o fim de outro governo autoritário. Porém, o significado que encerra esta narrativa, provavelmente é bem mais profundo. O fato é que incomodou alguém do governo. O secretário da educação e cultura, coronel Mauro da Costa Rodrigues, o considerou um tanto ideológico. Novamente, recorre-se às palavras de Dillenburg para explicar este episódio:

[...] Aí um dia... me chamam lá na Secretaria, da Educação [pausa]. Um coronel. Numa salinha, lá, com um gravador. [...] era o Mauro da Costa Rodrigues.[...] Tu não sabe [pausa], que não pode, exhibir... estes filmes? Essa cultura? Assim, né?! [...] Que isso aí é uma propaganda?! Eu disse: ó! O senhor vai me desculpar, coronel. Mas acontece que ... [...] Esse filme aí... Ele foi recomendado! Ele passou pelo [...] Consulado da União Soviética, de Brasília. Por isso, passou pela censura. Passou pela censura aqui. De mais a mais, o Brasil tem relações, comerciais e culturais com a [...] União Soviética [...]. Não fizemos nada assim de ... É! Porque eles se utilizam, da cultura, prá difundir [...] esta ideologia comunista! Aí eu disse: coronel, tem o seguinte [...] Já veio aqui o Balé Bolshoi, através dele (o representante soviético), apresentado pela própria Secretaria da Educação, que foi um sucesso [...] Não! Porque isso aí... [...] Bom. Aí deu um discurso [...] Nunca ouvi aquela gravação [...] Aí três dias depois veio

uma pessoa lá, e perguntou pra mim: ah! Tu que é o diretor? Sim [...] Pois é. Eu to assumindo agora. Mas como assim? É. To assumindo a direção do Museu. Mas ... Não to sabendo de nada! Aí fui falar com o ... Paulo Amorim (o novo secretário)... Por quê? [...] Tu foste considerado... Perigoso!¹⁴

Perigoso era um "adjetivo" de grande significação no contexto político e social da época. O jornalista discordava dessa rotulação, pois acreditava estar cumprindo um papel importante, apoiado tanto pelo governo quanto pela ARI e demais jornalistas. E, acima de tudo, negava-se a se envolver em práticas políticas. De repente, Dillenburg vê-se classificado como um sujeito perigoso. Mas por que perigoso?

Acontece que o jornalista tinha antecedentes. Estes acontecimentos ocorreram em 1975 e, neste mesmo ano, o esposo da outra funcionária do Museu, Iara Bendatti, Aníbal Bendatti, desapareceu. Diante do desespero da esposa, Dillenburg concedeu uma licença para a jornalista a fim de que encontrasse Aníbal. Com a interferência da ARI, Bendatti foi encontrado e retirado de um quartel localizado na região da Serraria, em Porto Alegre. Diante desta situação, a qual Sérgio Dillenburg acompanhou desde o início, cometeu, aquilo que ele mesmo denominou de erro político. Além do que, convidou os funcionários do Museu para prestarem uma homenagem a Aníbal Bendatti.

A partir daí, não é difícil crer que Dillenburg acabava de entrar no universo dos subversivos. Após a sua saída da direção do Museu, o jornalista ganhou uma bolsa de estudos para um curso de rádio e televisão, na Espanha. Ficou por lá durante seis meses e ao voltar para o Brasil, já em 1976, teve suas vantagens retiradas e foi transferido para a TV Educativa, onde ficava numa sala, sem ter o que fazer, sob a vigilância de um militar. Logo após foi convidado para organizar o Museu Antropológico (ou Genealógico, ele não se lembra bem), junto com o professor e historiador Moacyr Flores e a sua colega Iara Bendatti. Desgostoso com sua situação solicitou transferência para São Leopoldo, pois já lecionava na Unisinos, onde se aposentou em 1991.

Uma parte interessante da entrevista é o momento em que Dillenburg afirma que achou uma falta de respeito o que fizeram com ele, afinal de contas, não reconheceram

¹⁴ Conforme trecho da entrevista citada anteriormente.

seu trabalho. O jornalista não considerava significativo o potencial político de suas ações: a criação do Museu, a homenagem ao colega preso, a defesa da exibição do filme soviético. Considerava, sim, que seu papel social só teve relevância em termos culturais. Quando perguntado se ele, Bendatti e Todeschini tinham a pretensão de conseguir algum espaço alternativo na área da comunicação, através da criação do Museu, ele foi categórico:

Bom. Nós demos assim, um... tiro no escuro, né. E nós acreditávamos... A nossa meta, era resguardar, o material ligado à comunicação social. Jornais, revistas, discos, filmes, enfim, né. E que estavam simplesmente, atirados. [...] Quer dizer, não tinha essa preocupação política com isso! (Idem)

Parece estranha esta avaliação, mas é compreensível. Se fosse possível definir objetivamente os posicionamentos de todos os atores que participaram do processo de criação do Museu a conclusão seria que se tratou de um festival de incoerência. A ARI, através da atuação de seu presidente, Alberto André, influenciava em questões políticas relacionadas à liberdade de expressão e, ao mesmo tempo, homenageava o coronel Euclides Triches, governador do Estado, à época da criação do Museu, dando-lhe o título de sócio honorário (MUSEU..., 1974, p. 10), a professora Antonieta Barone, o coronel Mauro da Costa Rodrigues, o governador Euclides Triches, incentivaram e, em diversas reportagens, destacaram a importância cultural deste Museu, referendando o acesso ao acervo como para a pesquisa e para o conhecimento da evolução dos meios de comunicação e o seu dinamismo. Porém, desde que não ultrapassassem o limite da visualização, valorização e preservação do acervo.

4 VISIBILIDADE E MEMÓRIA

CHAGAS (1991) afirma que por mais que o discurso do dinamismo e do ativismo sejam defendidos, o Museu é, desde muito tempo, associado a sacralização do passado. Seguindo a mesma lógica, a História é a ciência que estuda o passado. Nesse sentido, esse Museu, visualizado e compreendido, pelos seus criadores como um guardião da história e da memória da comunicação gaúcha, apresenta-se como uma instituição que destinada simplesmente a expor uma evolução linear e cronológica.

Em suma, trata-se do ato de guardar e preservar a história e a memória no sentido de 'isolá-las', limitá-las, dificultando a comunidade participar, opinar e exercitar o direito de agir sobre o que oficialmente seja considerado "patrimônio comum a todos".

O que se define aqui como política da cultura, trata-se, simplesmente, da proposição de que havia um projeto, por parte do DAC/SEC, cujo Museu estava subordinado, que concebia uma história e uma memória delimitadas. E, para isso, precisava difundi-las de modo que atingisse um grande número de pessoas. Nada melhor do que um Museu de Comunicação para isso. Neste sentido, ao considerarmos que, entre as metas imediatas do DAC para o ano de 1973, no item referente à difusão e interiorização da cultura, há um desdobramento que comporta a seguinte finalidade: "Apoiar as programações culturais e artísticas **adequadas**, (grifo meu) de iniciativas locais."¹⁵ As programações adequadas podem ser compreendidas como tudo aquilo que não fugisse às determinações políticas e sociais do regime. É nesse sentido que se afirma que a censura é o grande enfoque para revelar a existência dessa política da memória. Todo o processo de constituição do Museu e as ações das pessoas que estiveram envolvidas diretamente com ele, neste sentido, demonstram, não uma

¹⁵ Essas informações foram encontrados num Relatório do Arquivo Pessoal da Sra Klélia Dias, antiga servidora da Secretaria da Cultura do Estado. Esse Relatório contém dados referentes a gestão de 1971 a 1974).

incoerência, mas uma forma de conceber e aplicar um determinado posicionamento que, em princípio, parece o mesmo, mas quando atinge seus objetivos básicos, ocorre um choque.

Se definido como um lugar de memória, o Museu ocupa um espaço como um elemento representativo de uma memória coletiva e de uma história comprometida com ideais identitários, em nível macro e, como a possibilidade de representar um órgão cultural que possui um objetivo único, em nível micro, mas que pode desdobrar-se de duas formas diferentes, conforme ele seja administrado, ou seja, conforme aquilo que se propõe lembrar, esquecer, exaltar ou silenciar.

Sendo assim, Richard Sennett (1989), em "O Declínio do Homem Público", discute a origem do silêncio público, dizendo que foi o século XIX, com sua rápida mecanização e urbanização acentuada, o ponto de partida para a fundação do isolamento em público.

A exposição, o "tornar público", muitas vezes encerra a tentativa de negar a existência de um problema, expondo-o. É um paradoxo que se justifica pela noção de que mostrar, exhibir alguma coisa pode significar justamente o contrário.

Supõem-se assim, algumas relações com o problema inicial desta análise: a censura do regime militar sobre os conteúdos ou modos de comunicação foi minimizada sob a pretensa valorização pública dos meios de comunicação.

A criação de um Museu, a conservação de um acervo relacionado com a comunicação social, poderia ser um bom "argumento" para refutar a existência de uma censura rígida. O enfoque era assim desviado do problema real, que era a censura ao conteúdo, as maneiras e interpretações sobre a realidade através dos meios de comunicação. No entanto, os meios em si, sua importância social, suas possibilidades de alcance e divulgação eram ressaltados e valorizados. E aí não havia nenhum paradoxo, pois se não houvesse uma consciência do poder de alcance e de persuasão da mídia, não haveria temor nem cuidados, muito menos "necessidade" de uma censura oficial.

Entretanto, o próprio Sennett, traz em sua obra, outra colocação importante para se pensar a mesma questão: a observação, diz ele, produz uma forma de conhecimento individual, não de interação social (SENNETT, Op. Cit, p. 42). Pois a exposição de objetos que atestem uma transformação ou aprimoramento tecnológico, bem como a organização e conservação de material impresso (revistas, jornais), não garante uma interação entre memória e história, entre objeto e prática social, entre passado e presente. A fonte por si só, não tem potencial informativo se estiver descontextualizada ou descolada do ambiente sócio-histórico onde foi produzida e utilizada.

Certamente, os meios de comunicação de massa possibilitaram que os grupos sociais tivessem maiores conhecimentos uns sobre os outros, mas também minimizaram a necessidade de contatos efetivos (Idem). O rádio, a televisão, o jornal, são meios de comunicação que exigem o silêncio, a atenção, que não permitem a interrupção ou apartes do espectador. Pode-se desligar o aparelho ou fechar o jornal, mas não se pode interferir ou interagir na produção nem durante a transmissão. Sabe-se sobre alguém ou alguma coisa, mas não se pode estabelecer uma relação direta com esta pessoa ou fato.

De modo que a informação em si mesma não é garantia de veracidade, e é unilateral, representa um determinado modo de ver e interpretar uma situação ou fato. E assim, a exposição ou disponibilização de acesso às fontes jornalísticas não se basta por si só. Bem como, as formas de seleção e sistematização de um acervo se pautam em propósitos previamente definidos (MENEZES, 1994).

Assim, tanto no que se refere aos meios de comunicação em si, como às formas como se discute e se organiza um acervo sobre estes meios, há uma série de questões teóricas e práticas que precisam ser evidenciadas e analisadas. Há que se estabelecer as diferenças entre meios e modos de comunicação.

Se, por um lado às transformações e o aprimoramento tecnológico, bem como a diversificação dos meios de comunicação, mostraram-se relevantes e significativos, por outro, evidenciaram muito mais uma preocupação com os meios do que com as

possibilidades e usos sociais destes. E as possibilidades e usos políticos dos lugares de memória.

Félix, citando o historiador francês Pierre Nora, nos esclarece que o autor “[...] elaborou a expressão *lugares de memória* como resultante de um processo de questionamento sobre a memória social, a aceleração da história (processo) e a necessidade do registro da memória através da história (*conhecimento / disciplina*). Nora partiu das chamadas sociedades tradicionais, onde a memória social partilhava das vivências, mantendo-se pela tradição e costume; garantia-se, assim, uma passagem regular do passado ao futuro. Na transmissão, indicava-se que o que era necessário reter do passado para lembrar do futuro” (FELIX, 1998, p. 52).

Um Museu de Comunicação, nesse sentido, não se constituía um perigo naquela época, até o momento em que cumprisse com seu papel transmissor, embora, como já foi discutido, isso não significa propriamente, garantia de funcionalidade. Este lócus representativo de uma determinada forma de narrar lembranças e valorizar esquecimentos, através do culto aos símbolos e tradições, com um sentido de difundir um sentimento de pertencimento e compartilhamento, cumpria, então, com sua finalidade: preservar a história do Rio Grande do Sul, através da guarda, conservação e difusão da evolução tecnológica dos meios de comunicação.

Em outras palavras, quando a censura oficial chega ao Museu, ele realmente se transforma num lugar de memória e assume seu espaço definitivo no interior de uma política cultural – uma política da memória, pois ocorreu uma verdadeira apropriação de um trabalho realizado pelos jornalistas, por parte do governo.

O estímulo e aprovação da criação do Museu por parte dos órgãos governamentais da época tinham como finalidade institucionalizar esta memória para cumprir um projeto de criação de uma *memória oficial* da comunicação gaúcha. Cumprida essa função histórica, ironicamente, a redemocratização do país o *condenou a um esvaziamento de significado*. Mas afinal de contas, então, que Instituição é essa?

5 MUSEU DE COMUNICAÇÃO SOCIAL HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA: acesso limitado à pesquisa.

Na fase inicial dessa pesquisa, a hipótese principal era de que o Museu Hipólito José da Costa estava passando por uma grave crise institucional. O meu olhar sobre o MCSHJC, antes de trabalhar por um pequeno período nele, era quase que totalmente de consulente. Pouquíssimas atividades ou exposições que lá ocorriam atraíam meu interesse e o interesse de minhas redes sociais.

Quando tive minha primeira experiência de visita ao Museu, a impressão principal que permaneceu foi do caráter intimidador de sua arquitetura interna. Mesmo com o emprego de artifícios de iluminação, a parte interna da instituição apresenta uma escuridão que permanece. Além disso, a amplitude do maior salão de exposição, localizado no 2º andar, transmite uma impressão de desolação e de abandono.

Também ali se apresenta uma desconexão entre os ambientes de sua estrutura interna, que fica evidente quando se passa a circular pelo edifício. Os setores internos parecem não “dialogar”, não demonstram nenhuma ligação entre as atividades desenvolvidas separadamente. Estão compartimentados, não fazem parte de um TODO, daquilo que podemos considerar **um** Museu apenas.

A atmosfera do Hipólito é um pouco hitchcokiana. Entrar no elevador localizado ao fim do Salão de Exposição do 1º andar é uma experiência claustrofóbica. E é através desse pequeno elevador que se chega aos Setores de Cinema, Fotografia e Rádio-Fonografia. Se o visitante optar pelas escadas e a manutenção das lâmpadas não tenha ocorrido naquele momento, não é recomendável, tal é a escuridão.

Com exceção dos dias de inauguração de eventos ou de visitação-guiada, é perceptível como poucas pessoas circulam afora os pesquisadores. O ambiente do Museu é extremamente solitário.

Ironicamente, o Setor de Imprensa é mais acolhedor. Talvez devido à quantidade maior de pessoas que o freqüentam ou pelo atendimento impecável de um servidor em especial que lá atua. Mas os demais servidores dos três outros setores citados também agem da mesma maneira. Trabalham com pouquíssimos recursos, muitas vezes onerando suas próprias finanças para exercer suas funções da melhor forma possível. São pessoas que pesquisam, se informam e tem a exata noção das diversas possibilidades de suas funções. Então, qual seria a diferença de “sensação” experimentada no Setor de Imprensa?

Durante o processo de criação do Museu, apresentado no primeiro capítulo, a idéia inicial era de que fosse um Museu da Imprensa. Também já foi citado que, nos primeiros anos de funcionamento, o acervo do Setor em questão, nem estava totalmente organizado e os pesquisadores já o solicitavam.

Dessa forma, o irônico é pensar que, ao longo desses trinta e cinco anos de funcionamento, por maior que fosse o empenho de seus servidores ou administradores em caracterizá-lo como um Museu, ele ainda é reconhecido como um local, exclusivamente, de pesquisa.

Quem identifica os propósitos do Hipólito são os consulentes, os pesquisadores. O caráter de sua Identidade Institucional pode começar a ser pensado a partir dessa consideração. Porém, se a administração desse Museu não percebe que a única parcela de sua “comunidade” que interage com ele é a dos pesquisadores, pode limitar ou até impossibilitar sua função de Órgão da Área da Informação.

Como já havia mencionado na Apresentação desse trabalho, trabalhei no Museu, como estagiária e comecei a pesquisar sua história junto à equipe do Museu para a realização de uma Exposição Permanente. A pesquisa foi o ponto de partida para a formulação dos questionamentos apontados nos capítulos anteriores.

Minha opinião enquanto estagiária era de que o Museu estava completamente abandonado. E mais, sempre esteve. Não que isso fosse um privilégio dele, quem freqüenta os Museus da região é capaz de considerar que o Museu Antropológico está

e esteve em situação bem pior. De qualquer forma, é chocante o descaso com o Hipólito, independente do partido político que esteja no governo. Pouca coisa mudou desde sua fundação.

E é essa necessidade de alertar para a falta de conhecimento das possibilidades dessa Instituição que justificam esse relato inicial. No momento em que essa pesquisa foi limitada pelo desconhecimento sobre a responsabilidade, a guarda e, conseqüentemente, o acesso à documentação do Museu, indica que a sua noção de público ainda não está definida. Esse Museu está desassociado de sua comunidade porque não atua de acordo com suas finalidades.

Retomando a proposta original já referida desse estudo, pretendia-se analisar se o MCSHJC se enquadra realmente na definição de Museu ou se sua função teria se transformado, tornando-se outro tipo de órgão de informação. A análise das transformações e fins desta instituição no decorrer do período estudado poderia oferecer respostas a esta questão e suscitar debates sobre novas possibilidades e diretrizes que se adequassem às necessidades atuais. Inicialmente, partiu-se da premissa da Nova Museologia, de que Museu é:

“[...]um espaço privilegiado, onde é possível concretizar as propostas de intercâmbio com as diversas áreas e, ao mesmo tempo, produzir conhecimento a partir dos temas e problemas potencializados no desenvolvimento das ações de pesquisa, preservação e comunicação, aplicadas em interação com as comunidades locais reconhecendo no patrimônio cultural um instrumento de educação e desenvolvimento social.”(SANTOS, 2008, p. 161)

Sendo assim, ao compreender um Museu como uma Instituição cujas iniciativas e finalidades estejam pautadas na participação da comunidade ao qual pertence, os questionamentos que suscitam esse conceito baseiam-se na proposta de analisar a existência ou o nível de interação que ocorre entre o Hipólito e a sua comunidade. Estabelecido um caminho para avaliar essa situação seria possível analisar se o MCSHJC se enquadra nessa definição de Museu citada ou se suas atividades são mais compatíveis com as de outro órgão da área da informação.

Em outras palavras, o MCSHJC seria tratado como um documento a ser estudado desde sua origem, analisando sua trajetória, seus propósitos e funcionamento ao longo do tempo.

5. 1 Discutindo conceitos...

Sob a perspectiva teórica, boa parte das produções referentes a museus, arquivos, bibliotecas ou centros de documentação ainda não explora suficientemente os debates sobre a sua história enquanto instituição e agente da informação, suas diferentes propostas, ações e inter-relações sócio-políticas e culturais. A maioria dos trabalhos se detém nas questões teórico-metodológicas sobre as técnicas de sistematização e conservação dos acervos, que sem dúvida são aspectos muito importantes, mas não contemplam os propósitos históricos e sociais que essas Instituições detém.

Esses órgãos, quando analisados conjuntamente, são compreendidos a partir das suas diferenças ou semelhanças no que se refere ao tratamento dado a sua documentação. Belloto, ao analisar o tratamento documental em Arquivos Permanentes, discute a relação existente entre essas Instituições, afirmando que:

“[. . .] recolher, tratar, transferir, difundir informações é o objetivo convergente de arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação. Partindo do material diverso e através de mecanismos técnicos completamente distintos, essas instituições devem estar aptas a cobrir, da maneira mais completa possível, um ‘campo de investigação.’”
(2007, p. 36)

É claro que essa perspectiva é necessária, mas poderia ser ampliada para além do sentido técnico de investigação ou dos princípios conceituais que lhe é específico. As convergências e os distanciamentos entre estes órgãos podem ser analisados por uma perspectiva mais voltada ao seu significado social enquanto órgãos culturais

responsáveis pela circulação da informação. Por isso esse estudo privilegia uma abordagem mais histórica e conceitual do que simplesmente técnica.

Nessa perspectiva, retoma-se a hipótese de que, findo o contexto da ditadura Militar a finalidade do MCSHJC se tornou incompatível com a realidade político-cultural, quais as transformações apontam esta incompatibilidade?

Pois de acordo com Fraga (2004), no Brasil, a década de 1980 marcou o início não só do processo de reabertura do regime político do país como de uma transformação dos conceitos de Museu. Ocorreu uma ruptura com a Museologia Tradicional e uma reorientação das políticas culturais em nível nacional e, conseqüentemente, em nível regional. A autora destaca que:

“No Brasil, o fim do regime militar produziu vasta mobilização na área cultural, apontando para a idéia de que os fundamentos da conquista democrática estavam assentados no acesso aos bens culturais da nação. A elaboração de uma política cultural brasileira tornou-se determinante, inaugurando a chamada Nova República, sob o signo do novo, para repensar a cultura e a política brasileiras.

Essa inovação do pensamento a respeito das práticas e da produção cultural desenvolvidas na década de 1980 gerou mudanças significativas, em função de uma nova construção do conceito de gestão cultural, que, por sua vez, colocou em evidência a atividade dos museus (FRAGA, 2004, p. 82).”

Diante desse contexto, o MCSHJC também estaria sendo administrado e subordinado por grupos representativos dessa nova proposta de concepção museológica. Com o advento da Nova Museologia o Museu abandonaria o status de órgão colecionador para uma Instituição mais interativa. Aparentemente, isso não ocorreu.

Apenas a confrontação com os documentos administrativos, os denominados “documentos de trabalho” poderia confirmar ou não a hipótese de que o Museu perdeu sua finalidade inicial, caso não fossem identificadas às diretrizes que o aproximassem dos pressupostos conceituais da Nova Museologia, mostrando no caso, uma ordenação mais restritiva.

Outra questão a ser levantada é que a predominância das pesquisas realizadas pelos consulentes (principalmente sobre o Setor de Imprensa), dentre as demais

atividades realizadas por seu público, desde o início de sua criação até a atualidade poderiam ter sido os vetores da sua caracterização enquanto Centro de Documentação desde o início de sua criação.

A análise comparativa do perfil do público do Museu durante os seus primeiros anos de funcionamento com o período posterior a redemocratização do regime político brasileiro até a atualidade resultaria em um estudo repleto de possibilidades interpretativas sobre a transformação da Identidade da Instituição ao longo desses trinta e cinco anos de existência. Se o público do Museu se caracterizasse mais como pesquisador ou consulente e não como expectador-atuante, poderia se afirmar que este mesmo público apropriou-se do seu potencial de referência e apoio à pesquisa, característico de um Centro de Documentação. Segundo Tessitore, um Centro de Documentação:

“[...] possui características das bibliotecas, dos museus e arquivos, pois reúne, por compra, doação, permuta ou recolhimento obrigatório, documentos de origem diversas (sob a forma de originais ou cópias) e referências sobre uma área específica da atividade humana ou da natureza, documentos e referências que podem ser tipificados como de arquivo, biblioteca e/ou museu. Trata-se, portanto, de um órgão colecionador e/ou referenciador (quando só referencia dados em fichas ou computador). Sua finalidade é a informação cultural, científica, funcional, jurídica ou social especializada, o apoio à pesquisa; seu objetivo é informar, mas pode ser também instruir e provar. O processamento técnico de seu acervo se dará segundo a natureza do material: de arquivo, biblioteca ou museu” (2002, p. 03).

Em face às restrições sofridas para realização da pesquisa original, a questão do acesso foi priorizada, porque é um dever de qualquer órgão relacionado à informação. Porém, a investigação sobre os seus limites e a noção de fonte, de documento que sua administração possui apontam para a questão levantada anteriormente: a indefinição institucional do MCSHJC, pois a forma como a organização do Museu afeta o público é reveladora de limites, ainda que estejam indefinidos.

Os impedimentos e restrições impostos supõe um atendimento voltado apenas a algumas necessidades específicas, restringindo interesses de pesquisas ou estudos que não estejam dentro dos propósitos institucionais. Propósitos, estes, não declarados, mas certamente existentes, que talvez mudem em cada uma das muitas

gestões. Em outras palavras, a administração da Instituição “decide” o que deve ser pesquisado e, neste caso em particular, o acesso à documentação foi negado.

No início desta pesquisa foram contatados os responsáveis pela administração do Museu a fim de explicar a pesquisa, seus objetivos e interesses. Segundo informações anteriores, a Vice-Diretora da Instituição poderia informar sobre o paradeiro dessa documentação e permitir o acesso. Entretanto, a permissão não seria propriamente o entrave alegado, mas sim o fato de que o paradeiro destes documentos é desconhecido e que poderiam não existir. Caso esta alegação seja verdadeira, a Secretaria do Museu não possui um Arquivo organizado corretamente. É uma situação paradoxal, uma instituição cuja finalidade maior é o Acesso a Informação, não mantém suas informações internas organizadas. Além disso, de acordo com a Legislação Arquivística Brasileira, as Instituições Públicas tem obrigação de manter seus documentos organizados e acessíveis, salvo limitações relativas à documentação sigilosa.

Porém, não foi totalmente infrutífera esta abordagem, uma vez que os projetos e relatórios dos últimos anos de gestão do Museu (que abrangem o período de 2003 a 2009) foram prontamente postos à disposição. Identifica-se aí o segundo problema: a noção de documento e de informação que a administração da Instituição possui: foram fornecidos textos impressos de arquivos digitais sem qualquer assinatura ou certificação oficial, data ou título. Também se percebeu uma dificuldade em compreender o que são informações que abrangem o histórico do funcionamento da Instituição. As exaustivas explicações sobre o que estava sendo procurado não eram entendidas.

Por mais que se explicasse que a documentação disponibilizada não contemplasse os dados necessários para compreender o seu sentido sistêmico, técnico e simbólico, ou seja, TODA a documentação produzida pelo Museu, ao longo de seu funcionamento, isso não era compreendido.

Em um momento específico, a Vice-Diretora indagou sobre as razões pelas quais as denominadas fontes primárias eram necessárias para a pesquisa. Esta dúvida demonstrou que a administração ignora o potencial informativo e histórico das mesmas,

o que denota a necessidade de atuação de profissionais das Ciências da Informação na administração dessas Instituições. Além disso, a ausência da aplicação de uma política nacional de arquivos, ou seja, de um programa de gestão documental, representa o resultado da falta de sistematização de documentos e, conseqüentemente, a limitação do direito a Informação.

Diante da insistência em afirmar a importância de acessar tais documentos, fui informada que, se os mesmos existissem, estariam no “Arquivo Morto”¹⁶, no subsolo da instituição, mas que ela (a Vice-diretora) não tinha tempo para tais pesquisas, uma vez que tal arquivo não era de acesso livre e que não existia uma pessoa disponível para acompanhar este tipo de consulta. Fato que remonta a noção do caráter centralizador da administração atual em que recai, em uma única pessoa, de determinadas informações, que são PÚBLICAS.

Foram feitas novas tentativas de tentar descobrir no referido Arquivo Morto, se alguns documentos existiam e estavam guardados lá, porém o assunto foi finalmente encerrado com a afirmação de que apenas a Secretaria de Cultura do Estado poderia autorizar o acesso ao denominado Arquivo.

O contato com a Secretaria de Cultura foi feito, via telefone, através de uma funcionária da Administração Geral da Secretaria de Cultura do Estado, solicitando informações sobre o histórico das políticas de gestão dos museus do Estado e de toda e qualquer documentação referente ao MCSHJC. Fui orientada a contatar a Diretora do Sistema Estadual de Museus – SEM. Por telefone, os objetivos da pesquisa foram relatados à assessora da Diretoria, que orientou o envio de um e-mail diretamente para a Diretora, explicando detalhadamente o que era pretendido e os fins do trabalho em questão. Esse email foi enviado e obteve resposta informando que “As questões dos Museus devem ser tratadas diretamente com a instituição, o SEM respeita a autonomia

¹⁶ Sob perspectiva arquivística, Arquivo Morto é uma designação incorreta e usual para denominar documentos que, basicamente, compõem o Arquivo Corrente e o Arquivo Intermediário de suas Instituições, sem tratamento técnico.

administrativa e jurídica das instituições. Quanto às propostas do SEM elas são voltadas para as ações de capacitação, difusão e fomento das instituições.”¹⁷

O tempo hábil para realização deste trabalho impediu mais contestações e insistências, levando a um novo olhar sobre a questão originalmente proposta, através da análise do processo de busca e de acessibilidade (ou falta dela) dentro do contexto atual. As considerações já apresentadas ao longo dos capítulos anteriores foram fruto destas análises e reflexões. Na realidade, são questionamentos que visam o debate e a busca de novas perguntas, que despertem o interesse de outros pesquisadores e suscitem reflexões a respeito da função social do Museu e da organização necessária dos Arquivos Históricos Institucionais.

5. 2 “É assegurado o direito de acesso pleno aos documentos públicos”¹⁸

A Constituição de 1988 destaca as responsabilidades individuais e coletivas, da União e de suas organizações em relação à proteção de documentos e acesso à informação:

“Art. 5º, inciso XXXIII - todos tem direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do estado. (BRASIL, 2007, p26)

...

Art 23º, inciso III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos. (BRASIL, 2007, p42)

...

Art 216º, parágrafo 2º - Cabem a administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.” (BRASIL, 2007, p135)

¹⁷ Esse email foi enviado a Simone Monteiro no dia 05 de outubro desse ano.

¹⁸ LEI N° 8.159, de 8 de Janeiro de 1991. Capítulo V. Art. 22. Do acesso e do sigilo dos documentos públicos.

Como já citado anteriormente, cabe às Instituições Públicas a responsabilidade de organizar, preservar e possibilitar o acesso da sua documentação, assim como prestar informações aos cidadãos. O capítulo 5º da Lei 8.159 trata justamente da temática do acesso aos documentos públicos. Esse item destaca que a negação do direito à informação é definida como abuso de autoridade.

Em Arquivologia, o conceito Acesso pode ser definido como uma finalidade, um procedimento ou conjunto de procedimentos e, inclusive, como um elemento físico. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, Acesso pode significar: 1º – Possibilidade de consulta a documentos e informações e, 2º – Função arquivística destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização.

Significa que os métodos de organização de um Arquivo, de conservação de seu Acervo, de desenvolvimento de Instrumentos de Pesquisa e a adoção de medidas físicas estruturais que promovam a utilização dos serviços do mesmo por deficientes físicos, representam as medidas necessárias que uma Instituição custodiadora de documentos deve adotar a fim de satisfazer as necessidades do seu Usuário.

O Usuário é a razão pela qual um Arquivo existe. Os documentos, em diversos suportes que o compreendem, resultam de idéias e ações humanas. Os processos de criação, uso e tramitação dos mesmos, representam narrativas diversas da História de um indivíduo, de grupos sociais ou de organizações.

Essa concepção de sistematização de documentos abrange não apenas um Arquivo enquanto entidade institucional quanto um Arquivo enquanto unidade administrativa.

No caso do Arquivo Institucional do MCSHJC, a viabilização de informações referentes ao histórico de seu gerenciamento e funcionamento está comprometida. A negligência ou o desconhecimento da necessidade de preservá-la representa que a Instituição tem sido administrada sob orientações que definem apenas as informações legais e oficiais como fonte de pesquisa.

Esse desconhecimento de fontes de informações não é uma ação exclusiva desse Museu, mas indica que sua administração, ainda ignora as transformações que ocorreram, há mais de 50 anos, nos conceitos de fontes e objetos de pesquisa, tanto no âmbito das Ciências Humanas quanto nas Ciências Exatas e Biológicas.

O Arquivo em questão não é considerado como parte do Acervo do MCSHJC. É compreendido apenas como suporte a seu gerenciamento. Em termos arquivísticos, só seu Arquivo Corrente¹⁹ é priorizado. A noção do que é um documento, então, é ignorada por sua administração, já que só é preservado o que possui um caráter funcional-administrativo.

Na Arquivologia, documento é conceituado de diversas maneiras, mas há o consenso entre a maior parte dos autores acerca de suas características técnicas e finalidades. A forma e o conteúdo, elementos estudados na Disciplina de Diplomática são analisadas como aspectos que evidenciam a sua autenticidade²⁰. E o Princípio de Organicidade, é a base dessa Ciência que considera que a integração e a integridade dos documentos é que possibilitam o entendimento da História de um Arquivo, seja pessoal ou institucional.

Do conceito de Organicidade é que a Arquivística Integrada foi construída. Essa outra concepção baseia-se na premissa de que uma determinada organização deve ser gerida e avaliada sob um viés sistêmico, onde o Arquivista deve atuar desde a produção de um documento até a sua destinação final, garante a preservação de um documento histórico. É necessário que o Arquivista ou o indivíduo responsável pelo Arquivo de uma Instituição possa:

[...] garantir a unidade e a continuidade das intervenções do arquivista nos documentos de um organismo e permitir assim uma perspectiva do princípio das três idades e das noções de valor primário e secundário; permitir a articulação e a estruturação das atividades arquivísticas numa política de organização de arquivos; integrar o valor primário e o valor secundário numa

¹⁹ Ver ARQUIVO NACIONAL (1995), LEITE (2002), ROUSSEAU & COUTURE (1998) e SCHELLENBERG (2005).

²⁰ Ver BELLOTTO (2004), MUNDET (1996) e HERRERA (1993).

definição alargada de arquivo. (ROUSSEAU; COUTURE, apud GARCIA; SCHUCH JÚNIOR, 1998, p.70).

Ao relacionarmos essa consideração com a discussão proposta, a falta de Acesso aos documentos que permitem pesquisar a História Institucional do MCSHJC se manifesta pela perda da organicidade do conjunto documental da sua Secretaria.

Embora estes últimos conceitos discutidos estejam relacionados ao campo da Arquivologia, isso não significa que uma Instituição, que também está vinculada à área da Informação não tenha a obrigação de conhecê-los. Tessitore discute as distorções pertinentes aos Arquivos Institucionais de Museus e Centros de Documentação, ressaltando que é comum:

- “Tomar por arquivo da instituição o que seria parte de seu acervo (biblioteca de apoio a suas funções ou coleções temáticas); lembremos que o arquivo é o conjunto de documentos que registra a sua ação administrativa e técnica, e não o produto dessa ação em si.
- Tratar, no outro extremo, o arquivo do centro ou museu como coleção, promovendo até mesmo desmembramentos para atender a exigências temáticas, que descontextualizam os documentos; há casos em que a parte do arquivo tratada como tal é a pertencente ao gênero documental mais comum, o textual, considerada como ‘memória da instituição’, enquanto os chamados documentos especiais (fotos, filmes, fitas) são preservados como coleções.” (2002, p. 07)

O Arquivo Institucional do MCSHJC não se enquadra nessas duas situações, porém, também representa que há uma distorção na sua própria concepção de Arquivo. Ele foi desmembrado e classificado como Arquivo Corrente e Arquivo Morto. E é justamente essa noção que caracteriza o limite do Acesso nesse Museu. O desconhecimento do que é um Arquivo foi o elemento que criou as lacunas da História desse Museu.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o MCSHJC foi idealizado seu objetivo estava fortemente relacionado à pesquisa. A noção da validade histórica dos jornais recolhidos foi o mote para a sua criação. Quando o Museu foi idealizado, dois elementos foram significativos para caracterizar sua Identidade Institucional. A noção da validade histórica dos jornais recolhidos foi o mote para a sua criação e o apoio e a participação da classe jornalística poderiam ser definidos como os fatores responsáveis pela definição de sua especialidade.

Um episódio que corrobora essa análise, refere-se a ação da censura, ocorrida nos primeiros anos de seu funcionamento, pois indica que a administração do Museu e o Órgão governamental a que era subordinado possuíam concepções diferenciadas de suas finalidades e propósitos. Outro elemento passível de análise para tentar defini-lo enquanto Instituição.

Na atualidade, a dificuldade de Acesso ao seu Arquivo Institucional, está vinculada a uma série de questões conceituais e técnicas que extrapolam a questão do Direito à Informação, pois é a conseqüência da trajetória de funcionamento de uma Instituição que ainda não possui uma identidade indefinida.

Há questões como: Que tipo de Instituição é essa? Quem é seu público? Qual a sua real finalidade? Que orientações especializadas necessita? Que precisam ser discutidas amplamente pelos profissionais que o administram, que atuam nele, que o utilizam e, principalmente, a quem ele pertence, de fato – a sua comunidade.

O objetivo desta pesquisa foi justamente levantar discussões que procurassem demonstrar a necessidade de se produzirem estudos sobre a realidade das Instituições vinculadas à cultura neste país. Estudos que contemplem a integralidade desses órgãos enquanto Entidades.

A pesquisa realizada para fins deste estudo, privilegiou as relações entre o objeto da Museologia e o da Arquivologia. Estabelecendo uma comunicação entre essas duas Áreas e suas implicações relativas a disponibilidade das Informações.

Nessa análise, os aspectos legais e teóricos foram importantes, mas evidenciou-se, sobretudo a necessidade de compreensão sobre os conhecimentos e aplicações especializados, no âmbito da gestão e do tratamento técnico destas instituições.

A descontinuidade da trajetória da história administrativa do Hipólito atesta o descumprimento do Princípio da Ordem Original e o da Organicidade dos Documentos, pressupostos teóricos básicos da Arquivologia. O Acesso às informações referentes às atividades, estruturas, organização, orientações políticas e oficiais esta comprometido, como foi verificado no decorrer desta pesquisa, porque seus registros deixaram de ser organizados e preservados.

As discussões sobre Políticas de Arquivos, geralmente são direcionadas para os Arquivos Públicos. Os Arquivos Privados ou os “Arquivos fora dos Arquivos”, parafraseando Viviane Tessitore, estão quase que totalmente excluídos desses debates. As conseqüências dessa ênfase limitada costumam ser percebidas apenas no momento da recuperação das informações e, em determinadas situações as perdas são irreparáveis.

As lacunas evidenciadas no Arquivo Institucional do Museu são o resultado da sua indefinição institucional, da falta de integração ente seus setores, finalidades e objetivos. As práticas e ações institucionais devem ser analisadas, discutidas e convergir para o usuário. Mas a apropriação de significados e sentidos depende da identificação e da participação do público, da atuação de especialistas capazes de pensar, promover o diálogo entre as diferentes instâncias e adequar necessidades e fins. As identidades reconstroem-se, transformam-se em interação com o mundo, com as mudanças e necessidades das pessoas através do tempo, a indefinição nada mais é, do que um fechamento para o diálogo, para as inovações e para as diferentes realidades sociais que circundam a instituição.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Gestão de documentos: conceitos e procedimentos básicos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. (Publicações técnicas, 47).

ASSOCIAÇÃO RIO GRANDENSE DE IMPRENSA. **Relatório da Comissão Especial Hipólito José da Costa**: julho de 1972 a janeiro de 1975. [S.l : s.n], 1975.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. São Paulo: FGV, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República, Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 23 out. 2009.

_____. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em: 23 out. 2009.

CHAGAS, Mário. **A ótica museológica de Mário de Andrade: ideólogos do patrimônio**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, 1991.

CRUZ, José Ramón Mundet. **Manual de arquivística**. 2. ed. Madrid: Pirâmide, 1996.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, ano 32, n. 49, 10 set. 1974.

DILLENBURG, Sérgio. **[A história do museu de comunicação e o seu patrono]**. Porto Alegre: [s.n], 2004.

_____. **Sérgio Dillenburg**: depoimento [nov. 2004]. Entrevistadora: Ana Letícia de Alencastro Vignol. Porto Alegre, 1994. Entrevista realizada com idealizador e 1º diretor do Museu de Comunicação do Hipólito da Costa.

DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. **Porto Alegre – 1898-1920**: estatuária fachadista e monumental, ideologia e sociedade. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

[FACHADA do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa]. JPG. [200-?]. Altura: 607 pixels. Largura: 480 pixels. 45,6 Kb. Formato JPEG. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/default.php?p_secao=59#. Acesso em: 20 out. 2009.

FÉLIX, Loiva Otero. **Memória e história**: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FILME soviético na AL documenta segunda guerra. **Correio do Povo**, Porto Alegre, ano 80, n. 224, p.15, 26 jun. 1975. Noticiário.

FRAGA, Thais Gomes. **Os subterrâneos emergem**: a institucionalização da cultura e a temporada de museus no Rio Grande do Sul (1987-1991). 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

HEYMANN, Luciana Quillet. Arquivos e interdisciplinaridade: algumas reflexões. In: Seminário CPDOC 35 anos: A Interdisciplinaridade nos estudos históricos, 2008, Rio de Janeiro. Disponível em: www.cpdoc.fgv, p. 04.

HERRERA HEREDIA, Antonia . **Archivística general**: teoria y practica. 6 ed. Sevilla: Diputación Provo de Sevilla, 1993.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. Resposta aos comentários. In: **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 2, v. 2, jan/dez., 1994. Nova Série.

[MOSTRA da Exposição 50 anos da RBS]. JPG. [200-?]. Altura: 232 pixels. Largura: 350 pixels. 15,4 Kb. Formato JPEG. Disponível em: <http://www.hagah.com.br/locais/jsp/default.jsp?regionId=1&action=detail&uf=1&local=1&locale=C1&ingrid=144294>>. Acesso em: 20 out. 2009.

MUSEU da comunicação social já nasce com doze mil peças. **Correio do Povo**, Porto Alegre, ano 79, n. 286, p. 10, 11 set. 1974. Noticiário.

MUSEU DE COMUNICAÇÃO SOCIAL HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. **Plano museológico**. [Porto Alegre: s.n], 2009.

MUSEU DE COMUNICAÇÃO SOCIAL HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. **Regimento interno**. [Porto Alegre: s.n, 200-?]

MUSEU de comunicação, um fator objetivo na cultura do estado. **Jornal da Semana**, [S.I], n. 223, 16 jun. 1974. Página central.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAES, Marilena Leite. **Arquivos**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 228p.

POUCOS conhecem o Museu de Comunicação Social. **Zero Hora**, ano 11. n. 3447, 3 mar. 1975. ZH Variedades, 1ª página.

SERRA PADRÓS, Enrique. Ditaduras militares e neoliberalismo: relações explícitas nos descaminhos da América Latina. **Ciências & Letras**: revista da FAPA, n.16, Porto Alegre, mar. 1996.

QUEVEDO, Raul. **Hipólito José da Costa**. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1997. (Série Grandes Nomes da Comunicação, 1)

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural. **Museu de Comunicação Social Hipólito Jose da Costa: 15 anos, 1974-1989**. Porto Alegre: Conselho de Desenvolvimento Cultural, 1989.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural. **Boletim Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa**. Porto Alegre: SEC; DAC, 1976.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria Estadual de Educação e Cultura. **Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa: 30 anos**. Porto Alegre: CORAG, 2005.

ROSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Maria Célia Moura. **Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu**. Rio de Janeiro: MINC; IPHAN; DEMIU, 2008.

SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 388p.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TESSITORE, Viviane. **Os arquivos fora dos arquivos: dimensões do trabalho arquivístico em instituições de documentação**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.